



Arsenal do Alfeite, S.A.

RELATÓRIO E
CONTAS

2018

Arsenal do Alfeite, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2019.

Relatório elaborado nos termos dos artigosº 65.º, 66.º e 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas de 12 de março de 2019 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Ofício-Circular n.º 1116).

Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
I - OBJETIVOS DA GESTÃO	10
II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA.....	13
III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	16
Descrição do Plano de Atividades e Orçamento para 2018.....	16
Perspetiva global da atividade.....	20
Perspetiva setorial da Atividade.....	24
Principais atividades comerciais por Setor de Negócio	25
IV - RECURSOS HUMANOS	28
V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	38
VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	42
VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO.....	44
VIII - PERSPETIVAS FUTURAS	46
IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	50
X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	61
Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	63
1. Objetivos de gestão	63
2. Gestão do risco financeiro.....	63
3. Limite de crescimento do endividamento	63
A empresa não tem endividamento. Ponto refletido no capítulo VII do presente relatório.....	63
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos.....	63
5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista	64
6. Remunerações.....	64
7. Estatuto do Gestor Público.....	64
8. Despesas Não Documentadas	66
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	66
10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	67
11. Contratação Pública	67
12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	67

RELATÓRIO E CONTAS

13. Medidas de redução de gastos operacionais.....	67
14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.....	70
15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.....	70
16. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado.....	70
Anexo II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	79
APÊNDICES.....	129





MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano que agora termina encerra um ciclo de três anos pouco conseguido no plano financeiro, mas com sinais de vitalidade e um leque de oportunidades que a equipa de gestão, formada ao longo de ano fiscal de 2018 e aliada à capacidade de todo o estaleiro, não irá desperdiçar.

Este Conselho de Administração deparou-se com um estaleiro e equipas altamente preparadas e profissionais com provas dadas e o respeito granjeado além-fronteiras, porém, num ambiente de elevada desmotivação e equipas esmorecidas pela falta de resposta a ambições profissionais, uma subutilização crónica em alguns setores, gestão de projetos muito aquém das melhores práticas e atrasos em alguns projetos bandeira, como possa ser o caso das Lanchas Salva Vidas.

É certo que o contexto legislativo em que a Arsenal do Alfeite, S.A. se insere, enquanto empresa pública reclassificada, exige um conjunto de obrigações pouco habituais em ambiente empresarial, desde logo porque inibidoras da utilização de múltiplas variáveis de decisão nas vertentes da gestão de recursos humanos ou financeiras, ainda assim foi nosso propósito, e continuará a sê-lo ao longo do triénio de mandato, levar a cabo um conjunto de transformações que habilitem a Arsenal do Alfeite, S.A. a crescer garantindo a sua sustentabilidade financeira, honrando as suas parcerias estratégicas e satisfazendo os seus clientes. As transformações anteriormente mencionadas decorrem em larga medida dos objetivos estratégicos para o triénio 2018-2020 alicerçados em múltiplos projetos e iniciativas consolidadas pelos cinco objetivos chave, a saber:

- Garantir o alinhamento com a Marinha Portuguesa;
- Aumentar o volume de negócios;
- Desenvolver capacidades empresariais para a inovação, competitividade, e internacionalização;

RELATÓRIO E CONTAS



- Desenvolver competências de modo a incrementar o valor acrescentado do capital humano;
- Realizar parcerias e alianças geradoras de valor.

É conhecida a exposição da Arsenal do Alfeite, S.A. à Marinha Portuguesa atenta a representatividade no seu volume de negócios ser superior a 90%, bem como a capacidade e as valências que está obrigada a manter em função do carácter de serviço publico a que se vê legalmente obrigada. De facto, o exercício fiscal em apreço (2018) corresponde ao de mais baixo investimento da Marinha Portuguesa desde a criação da Arsenal do Alfeite, S.A., concomitante a um revés, a que ambas instituições foram alheias, com o adiamento na intervenção do submarino Arpão, cujos trabalhos foram adiados para 2019 fruto do inevitável escrutínio do Tribunal de Contas.

Este Conselho de Administração observa também com muita preocupação a falta de rejuvenescimento dos recursos humanos do estaleiro com a inevitável incapacidade de retenção do conhecimento ou de absorção da inovação. Alguns dos trabalhadores no ativo, com um maior capital de conhecimento e experiência, aproximam-se da idade de reforma revelando-se assaz problemático transferir e reter as suas competências. Cabe a este propósito referir que se encontra há cerca de um ano pendente de autorização superior o preenchimento de 42 postos de trabalho, pendência essa que, se não removida com celeridade, tolhe de movimentos a operacionalidade do estaleiro e pode sacrificar alguns projetos estruturantes do devir da Arsenal do Alfeite, S.A. como é o caso da edificação da capacidade de manutenção de submarinos da classe Tridente.

O ano de 2018 aprofundou o crónico défice de investimento, não tendo sido possível atender à modernização de algumas das suas mais que necessitadas infraestruturas. A este facto não será alheio o continuado desempenho negativo da exploração, pelo que se estabelece a inversão da série de resultados negativos como absoluta prioridade da gestão, reconquistando assim o crédito junto do acionista e da tutela, bem como a capacidade financeira necessária para satisfazer as reformas de múltiplas valências do estaleiro.

RELATÓRIO E CONTAS



Num contexto difícil constituem ainda assim fatores de estímulo alguns acontecimentos como a entrada em doca do submarino Tridente no dia 8 de novembro para pequena reparação, sendo um marco relevante no que à capacidade de manutenção de submarinos diz respeito, ainda no âmbito da construção desta capacidade cabe referir a cerimónia de assinatura dos contratos de manutenção do Arpão na presença de SEXA o Ministro da Defesa Nacional, SEXA o Almirante CEMA e executivos da empresa Thyssenkrupp Marine Systems GmbH.

Os desafios são vastos, a visão ambiciosa e o contexto em que operamos é complexo. Somos por isso chamados a honrar os 80 anos de uma história repleta de altos e baixos, mas acima de tudo, muitos êxitos, colocando ao dispor dos nossos clientes um saber fazer aperfeiçoado por várias gerações de arsenalistas.

O Conselho de Administração reconhecidamente agradece o empenho e a disponibilidade dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., bem como aos seus representantes na Comissão de Trabalhadores.

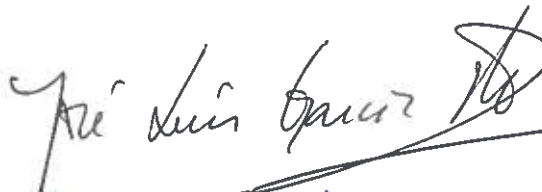

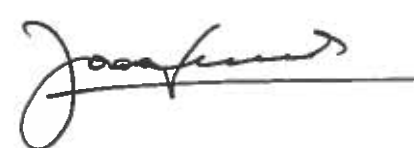
É também de realçar a relação estreita existente com a Câmara Municipal de Almada e a Assembleia Municipal de Almada, parceiros estratégicos desta empresa, estendendo o nosso agradecimento a todo o Município de Almada pelo interesse e acompanhamento atento e próximo, com que segue o trabalho desenvolvido no estaleiro.

Aos nossos inúmeros parceiros, clientes e fornecedores endereçamos o nosso sincero agradecimento, certos de que o futuro nos reserva renovados desafios e projetos crescentemente aliciantes. Também uma especial palavra de agradecimento à Marinha Portuguesa, nosso principal cliente, e cuja história está indelevelmente ligada à Arsenal do Alfeite, S.A., pelo espaço que partilhamos, pelos navios que cuidamos e pelos homens e mulheres cujos caminhos se entrecruzam nos nossos estaleiros.

RELATÓRIO E CONTAS

Por fim, importa agradecer à acionista Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., em liquidação, e sobretudo ao Governo, na sua função de tutela setorial da Defesa Nacional, sem esquecer o Tesouro e Finanças, pela atenção e acompanhamento que têm dispensado à Arsenal do Alfeite, S.A.

O Conselho de Administração



I - OBJETIVOS DA GESTÃO

I - OBJETIVOS DA GESTÃO

Em 2018, a Arsenal do Alfeite, S.A., manteve-se firme no propósito de atingir o necessário equilíbrio económico e financeiro, mantendo em paralelo o foco na estabilidade do emprego e no fomento de políticas potenciadoras da sustentabilidade do estaleiro, quer no âmbito económico, quer social e ambiental, e na prossecução das obrigações de serviço público perante a Marinha Portuguesa.

Sendo uma empresa do setor empresarial do Estado, e dadas as suas obrigações de serviço público, deu continuidade ao reforço nas capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas, na internacionalização do estaleiro e no desenvolvimento de parcerias e alianças geradoras de valor.

Sem perder de vista os objetivos estratégicos, delineados no início do mandato do Conselho de Administração, sublinham-se os três grandes vetores de ação que nortearam o esforço da empresa durante o ano de 2018 e que permitiram atingir resultados de curto prazo, designadamente, (1) a concretização gradual das medidas tendentes à obtenção do licenciamento industrial definitivo e ao cumprimento das condições da declaração de impacte ambiental favorável, (2) o prosseguimento da capacitação da empresa para reparar os submarinos da classe Tridente da Marinha Portuguesa e outros afins, e ainda (3) a retoma da construção naval no estaleiro com o projeto e construção de dois salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos, extensivo a mais dois, recorrendo a modernas tecnologias de construção em materiais compósitos.

Refere-se o especial enfoque colocado na satisfação dos clientes com os serviços prestados e produtos fornecidos, quer em termos de qualidade, quer em matéria de competitividade de preços e de prontidão da assistência técnica disponibilizada, fortalecendo relações de confiança mútua, numa perspetiva de sustentabilidade da relação a longo prazo com clientes e fornecedores, em particular com a Marinha Portuguesa.

RELATÓRIO E CONTAS



Embora o Conselho de Administração tenha apostado em investir nos seus recursos humanos, designadamente mediante o recrutamento de trabalhadores, de modo a compensar a constante redução do efetivo que se tem verificado, mas também por via da melhoria das condições de trabalho e do reforço da formação e qualificação dos trabalhadores, dando assim ênfase à manutenção da elevada competência técnica do capital humano da empresa como seu principal ativo, tal não foi possível uma vez que não se logrou obter, em 2018, autorização por parte do Ministério das Finanças para a requerida contratação de 42 trabalhadores.




II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA



II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

A Arsenal do Alfeite, S.A., cumpriu as orientações emanadas pela acionista, nomeadamente em sede da Assembleia Geral de 28 de março de 2018 relativamente à aplicação de resultados.

A acionista, para além do acima referido e dos objetivos gerais de boa gestão, sempre presentes na administração de uma empresa de capitais públicos, não enunciou para o triénio quaisquer outros objetivos específicos, o que resultará do facto de se encontrar em processo de liquidação.

Destaca-se, porém, a deliberação da acionista tomada em sede de Assembleia Geral, nos termos do n.º 3 do artigo 386.º do Código das Sociedades Comerciais, com vista à alteração dos estatutos da empresa de modo a permitir a constituição, aquisição ou participação no capital de sociedades cujo objeto esteja, direta ou indiretamente, relacionado com o objeto da Arsenal do Alfeite, S.A., nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado (Assembleia Geral de 13.07.2018).

De se enfatizar que a alteração estatutária foi objeto do competente registo, constando a ampliação do objeto da sociedade na Certidão Permanente da empresa.

Por seu turno, o Ministério da Defesa Nacional, sob cuja tutela se encontra a acionista, estabeleceu durante o ano de 2015 e 2016 orientações que nortearam a atuação do Conselho de Administração da empresa e que ainda se refletiram nas atividades executadas durante o ano de 2018. Releva-se a completa disponibilidade para prestar à Marinha Portuguesa de forma preferencial todos os serviços de reparação e manutenção naval militar a que está obrigada contratualmente, tendo-o feito de modo a induzir neste cliente um bom grau de satisfação. Paralelamente, também por orientação ministerial, deu-se continuidade ao processo de capacitação para proceder a grandes revisões dos submarinos da Marinha Portuguesa e mantiveram-se as relações com a Marinha Real de Marrocos, assegurando a continuação da reparação dos seus navios. Ainda por orientação ministerial, a empresa desenvolveu as ações necessárias à retoma da

RELATÓRIO E CONTAS



construção, concretizadas com a assinatura de um memorando de entendimento no final de 2016 e posterior assinatura de contrato de construção de duas embarcações salvas-vidas, com opção de mais duas, em 21 de fevereiro de 2017, cuja construção decorreu durante o ano de 2018.

As orientações recebidas, acima identificadas, começaram a ser devidamente implementadas em 2016, tendo continuado no decorrer do ano de 2017 e 2018, nomeadamente mediante celebração e execução do contrato de formação e cedência de *know-how* a trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., concretizado em contexto de trabalho no âmbito da primeira grande revisão do submarino NRP Tridente em Kiel, na Alemanha. De salientar que a capacitação em apreço pretende permitir a efetivação, na Arsenal do Alfeite, S.A., portanto pela primeira vez em território nacional, da primeira grande revisão do submarino NRP Arpão, cujos contratos com a Marinha Portuguesa e com a Thyssenkrupp Marine Systems foram assinados em dezembro de 2018.

Por outro lado, evidencia-se o esforço contínuo da empresa em matéria ambiental, com vista à mitigação das irregularidades detetadas nesta matéria, destacando-se as medidas prosseguidas em matéria de acondicionamento de resíduos (tais como óleos removidos dos navios), monitorizações de emissões gasosas e de águas superficiais, desenvolvimento do projeto para implementação de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais, elaboração de um Plano de Gestão Ambiental, entre outras.

No que se refere ao Ministério das Finanças e das respetivas orientações, o exercício de 2018 foi objeto de um escrupuloso controlo orçamental, tendo a despesa ficado abaixo do valor orçamentado aprovado, líquido de cativações, pese embora a receita tenha ficado muito aquém do previsto pelas razões explanadas no presente relatório.



III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Descrição do Plano de Atividades e Orçamento para 2018

O Plano de Atividades e Orçamento para 2018 previa que, na vertente principal do negócio, a atividade da Arsenal do Alfeite, S.A., se centraria na continuidade e consolidação da sua relação de parceria com a Marinha Portuguesa, através de diversos projetos de manutenção planeada de meios navais da esquadra, bem como, na extensão e desenvolvimento do processo de internacionalização de projetos planeados com a Marinha Real de Marrocos.

Previa, ainda, na vertente da construção naval, a continuidade do programa de construção de embarcações salva-vidas para a Autoridade Marítima Nacional/ Instituto de Socorros a Náufragos, cuja entrega se prevê durante o decorrer do ano 2019.

Ao nível do projeto de navios, para além do desenvolvimento dos projetos de modernização dos navios-patrolha da classe “Tejo” (STANFLEX 300, adquiridos pelo Estado Português ao Reino da Dinamarca) e do projeto para a construção dos salva-vidas L150SV, anteriormente referidos, é mencionada no Plano de Atividades e Orçamento para 2018 a expectativa da participação como elemento ativo, no projeto e construção das próximas gerações de navios para a Marinha Portuguesa.

Por último, e não menos importante, previa-se o arranque em 2018, estendendo-se até meados de 2020, da revisão intermédia do submarino da classe “Tridente”, NRP Arpão, contratualizada pelo estaleiro construtor – Thyssenkrupp Marine Systems GmbH - e pela Marinha Portuguesa, a qual representa a primeira das grandes intervenções em submarinos da nova geração, consolidando o processo de capacitação da Arsenal do Alfeite, S.A. na manutenção planeada destes submarinos.

A este nível, destacavam-se as dotações inscritas em sede de orçamento de 2018 que perfaziam uma expectativa de receitas de 20.911.439,00 €:

- Construção Naval – Marinha Portuguesa: 1.400.000,00 €;

RELATÓRIO E CONTAS



- Reparação Naval - Marinha Portuguesa: 15.220.000,00 €;
- Reparação Naval Internacional - Superfície: 1.362.000,00 €;
- Reparação Naval Internacional - Submarinos: 2.477.000,00 €;
- Reparação Naval – Outros: 50.000,00 €
- Outros Serviços: 402.439,00 €.

Marinha Portuguesa

A estimativa para o ano de 2018 em termos dos serviços a prestar à Marinha Portuguesa, assentava nos seguintes projetos de reparação naval:

Navio	Início	Valor	Receita Estimada
		Previsível Contratos (€)	2018
Submarinos	set/18	3.067.000	1.887.000
SRU e EV	jan/18	7.272.000	7.272.000
NRP Sagitário	nov/16	1.200.000	382.000
NRP Figueira da Foz	abr/18	2.399.000	2.399.000
NRP Mondego (Stanflex)	jun/16	2.800.000	1.700.000
NRP Guadiana (Stanflex)	set/17	3.200.000	880.000
NRP Andrómeda	nov/16	1.200.000	700.000
TOTAL			15.220.000

- (a) **Serviços de Reparação Urgente (SRU) e Eventuais:** estimativa realizada pela Arsenal do Alfeite, S.A., representando o volume anual médio histórico das encomendas nos últimos 5 anos para este tipo de trabalho;
- (b) **NRP Sagitário:** Contrato relativo à docagem e pequena reparação do navio, executado entre 2017 e 2018;
- (c) **NRP Figueira da Foz:** Contrato relativo à docagem e pequena reparação do navio, executado em 2018;
- (d) **Programa STANFLEX (NRP Mondego e NRP Guadiana):** Trata-se de um programa de reequipamento (novos meios) da Marinha Portuguesa, mais precisamente os navios-patrolhas da classe "Tejo", adquiridos em segunda mão à Dinamarca, todos em estado de desarmamento. A reativação, revisão

RELATÓRIO E CONTAS

intermédia e modernização dos 4 navios será suportada pela Lei de Programação Militar, e totalmente efetuadas pela Arsenal do Alfeite, S.A.

Marinhas Estrangeiras

No que diz respeito ao processo de internacionalização com as Marinhas Estrangeiras (Marinha Real Marroquina), estimava-se para o ano de 2018, um volume de negócio de cerca 1.362.000€ na atividade de reparação naval:

Navio	Início	Fim	Valor Previsível Contratos (€)	Receita Estimada 2018 (€)
Marinha Marroquina - Patrouilleur Haute Mer - El Karib	dez/18	ago/20	8.750.000	1.315.000
Marinha Marroquina - PHM Rais Charkaoui	abr/17	mar/18	600.000	47.000
				1.362.000

O montante estimado de receita, acima descrito, dada a sua natureza, não correspondia a uma dotação orçamental fixada no Orçamento do Estado, mas ao corolário das seguintes iniciativas:

- (a) Contrato para a grande reparação de um Patrouilleur d'Haute Mer, em fase de desenvolvimento com o Estado Marroquino, e que se estimava poder vir a ser celebrado em 2018, com execução entre 2018 e 2020;
- (b) Contrato para a docagem e reparação do PHM Charkaoui, celebrado com o Estado Marroquino, iniciado em 2017 e concluído em 2018.

Recursos humanos

A Arsenal do Alfeite, S.A., tem sofrido com a constante redução do número de recursos humanos ao seu dispor, a qual se vem a verificar desde a sua constituição como sociedade anónima em 2009, tendo atingindo o número de 480 trabalhadores em 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO E CONTAS



Assim, teria importado recrutar em 2018 recursos que permitissem manter o nível de competências que a Arsenal do Alfeite, S.A., requer para poder assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas.

Tal teria também sido relevante para assegurar a prestação de cada vez mais serviços a outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e assim promover a sustentabilidade da empresa e a renovação dos seus recursos humanos altamente especializados, de modo a que se possa proceder à transmissão, em tempo, do conhecimento (único no país) existente, além da sua atualização.

O orçamento para 2018, elaborado em agosto de 2017, previa como limite 545 trabalhadores, tendo àquela data 503, estando então prevista a contratação de 42 trabalhadores, o que não se efetivou até à data da elaboração do presente relatório. De relevar que a contratação destes trabalhadores já obteve despacho favorável da Tutela, aguardando-se autorização do Ministério das Finanças.

Refira-se, ainda, que a Arsenal do Alfeite, S.A., continuou a procurar o desenvolvimento profissional e pessoal e o bem-estar dos seus trabalhadores, através da realização de diversas ações espírito de equipa e da promoção de parcerias com entidades locais ou nacionais, incluindo no âmbito da educação e formação para valorização pessoal. Melhoraram-se as condições de trabalho dos trabalhadores, prevendo-se a manutenção da aposta formação profissional dos seus trabalhadores, sendo de salientar o valor excecional investido na formação de trabalhadores em Kiel, Alemanha, para a capacitação na manutenção de submarinos.

Plano de investimentos/financiamento

O orçamento para 2018 incluía despesas com investimentos no montante de 3.457.000 €, refletindo, além das necessidades prioritárias usuais para a manutenção do estaleiro e das capacidades sedeadas e medidas básicas e urgentes de segurança no trabalho e de proteção ambiental, o investimento de carácter estratégico na capacitação da empresa para a manutenção de submarinos, concretamente o investimento na formação dos recursos humanos.

RELATÓRIO E CONTAS

Todos os processos associados ao investimento em 2018 materializam vertentes imprescindíveis à continuidade operacional do estaleiro e à sua consolidação como estaleiro naval de referência através da constante atualização dos seus recursos humanos, tecnológicos e materiais.

De se evidenciar que o financiamento dos investimentos, em qualquer caso, realizar-se-á com fundos próprios, sem recurso a financiamento bancário, através da utilização das suas receitas mediante a prestação de serviços.

Perspetiva global da atividade

Reparação Naval

A atividade da empresa no ano de 2018 caracterizou-se por alguma redução na carteira de encomendas relativamente ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, destacando-se, contudo, a atividade de construção naval a nível de compósitos, e a continuidade das carteiras nacional e internacional no setor da reparação naval.

Para o cliente Marinha Portuguesa, foram realizados um significativo número de intervenções Eventuais (EV), decrescendo o número de Serviços de Reparação Urgente (SRU).

Ao nível da reparação naval, são dignos de realce a conclusão da modernização e revisão do NRP "Mondego", o terceiro navio patrulha da classe "Tejo" (Ex-STANFLEX 300 adquiridos por Portugal à Dinamarca), e cujo projeto e execução foram integralmente desenvolvidos pela Arsenal do Alfeite, S.A., e a continuação do projeto de modernização e revisão do quarto navio da classe, o NRP "Guadiana".

É de realçar que os contratos de cariz plurianual são um elemento fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencie e otimize a exequibilidade dos projetos de reparação planeados, sem existência de barreiras administrativas decorrentes das transições de ano.

RELATÓRIO E CONTAS



Foi iniciada a primeira grande ação de manutenção planeada ao NRP “Figueira da Foz”, incorporando o conhecimento acumulado da ação realizada no NRP “Viana do Castelo” em 2017.

Foram ainda concretizadas as docagens dos navios hidrográficos NRP “D. Carlos I” e lancha NRP “Sagitário”, e as docagens eventuais dos NRP “Tejo”, NRP “Douro”, NRP “Dragão”, NRP “Escorpião” e NRP “Orion”.

No que refere à vertente de reparação de submarinos, para além dos trabalhos de índole eventual e urgente, foi efetuada a Revisão Assistidas (RA) do submarino NRP “Arpão”. Estão em curso trabalhos em sistemas dos submarinos, no seguimento de uma encomenda da Thyssenkrupp Marine Systems (tkMS), através de um contrato entre esta entidade e a Arsenal do Alfeite, S.A.. Concretizou-se em maio de 2018, a assinatura de um Acordo Estratégico entre a Arsenal do Alfeite, S.A., a Marinha Portuguesa e a tkMS, definindo o modelo de colaboração entre as empresas, não apenas no estrito cumprimento da manutenção dos submarinos da esquadra nacional, mas com vista à exploração de outros mercados.

Em novembro de 2018, concretizou-se a entrada na Doca Seca do primeiro submarino da classe Tridente, marco importante na concretização do Programa de Capacitação em manutenção de Submarinos do estaleiro, que permitirá alavancar esta vertente de negócio com a Marinha Portuguesa e com o estaleiro alemão tkMS.

Ainda no âmbito dos sistemas dos submarinos, foi celebrado um Acordo com o fabricante de mastros, GABLER Maschinenbau GmbH.

Complementarmente, e de forma similar aos anos anteriores, existiu em 2018 uma substancial carteira de trabalhos inopinados (Eventuais e Serviços de Reparação Urgentes) executados nos navios da Marinha Portuguesa, distribuído pelas diversas classes de navios.

RELATÓRIO E CONTAS

A conjugação dos factos anteriormente descritos conduziu a que 2018 fosse um ano marcado por uma forte preponderância da Marinha Portuguesa em termos da distribuição do volume de negócios pelos diversos clientes, o que assinala de forma inequívoca a importância da Arsenal do Alfeite, S.A., para a sustentabilidade da esquadra da Marinha e, reciprocamente, a importância da Marinha Portuguesa para a Arsenal do Alfeite, S.A..

Da vertente de internacionalização, por via dos projetos da Marinha Real de Marrocos, perspectiva-se uma relação de continuidade para os anos subsequentes, não apenas ao nível das docagens simples, mas também das grandes intervenções de reparação planeada dos navios da esquadra desta Marinha.

Ainda em 2018, a atividade de reparação naval relativa aos clientes que não Marinhas militares (nacionais e estrangeiros), especialmente os privados, foi marginal em termos do impacto na faturação da empresa, apesar de terem existido diversas obras para clientes distintos.

Assim, é imprescindível continuar o esforço de alinhamento entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa, de modo a permitir a partilha em antecipação (mínimo de dois anos de antecedência) de um planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, e o estabelecimento de um contrato plurianual a não menos que três anos, idealmente a cinco anos, para a globalidade dos projetos com a Marinha, permitindo a esta deter uma capacidade de resposta efetiva em tempo à grande maioria das necessidades da esquadra.

Produtos Especiais e Manutenção Industrial

Para uma empresa com a estrutura da Arsenal do Alfeite, S.A. (i.e. fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais) de navios militares, a prossecução da vertente da reparação naval comercial tem de ser necessariamente encarada como um produto colateral e complementar no negócio da empresa, esse sim centrado na reparação e construção

RELATÓRIO E CONTAS

h
ff
/

naval militar. Para assegurar a competitividade no mercado nacional obrigaria à existência de contratos-quadro com as empresas detentoras dos meios marítimos que assegurassem a escala e o volume de negócios necessários para uma política de preços competitivos, pois em termos de uma abordagem pontual ao mercado verifica-se a prática de preços por empresas terceiras dificilmente coadunáveis com empresas que incorporam elevado valor acrescentado aos seus produtos.

Construção Naval

O ano de 2018 confirmou a capacidade de resposta do estaleiro a novos desafios, através do ritmo imposto ao projeto de construção naval, concretizando-se diversas fases importantes da construção da primeira lancha salva-vidas do tipo L150SV. Este projeto caracteriza-se pela inovação, desenvolvimento pela construção em material compósito, tipo *sandwich*, utilizando técnica de infusão, em molde integralmente produzido também pela Arsenal do Alfeite, S.A, e por ser um novo conceito. Além do projeto dos principais sistemas e do arranjo da lancha, é digno de menção a inclusão de uma mota de água e respectiva rampa de acesso ao salva-vidas.



Lancha Salva-vidas do tipo L150SV

RELATÓRIO E CONTAS

Identifica-se o potencial que o novo conceito representa em termos de possibilidade de penetração no mercado internacional e na concretização de mais unidades para a Autoridade Marítima.

A entrega da primeira destas embarcações está prevista para 2019 e a segunda para 2020.

Clientes

A Marinha Portuguesa é o principal cliente do estaleiro, identificando-se complementarmente outras entidades, com um volume de negócio significativamente menor, como é o caso das OGMA, S.A. e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P..

Perspetiva sectorial da Atividade

As valências do estaleiro na área dos sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, bem como da Electrónica representam as atividades que incorporam maior valor acrescentado, e que fazem da Arsenal do Alfeite, SA a única entidade nacional que as detém e integra, e que, materializa a diferença para qualquer outro estaleiro de reparação e/ou construção naval. Porém, estas valências específicas, sendo alvo de procura por um cliente único, o Estado Português (materializado na Marinha Portuguesa e na Força Aérea Portuguesa), muitas vezes numa ordem de grandeza insuficiente para colmatar os custos da sua existência, representam um “custo de soberania”, que não se encontra suportado de forma consistente. O menor nível de recursos dos orçamentos de funcionamento das Forças Armadas tem conduzido à impossibilidade de a Marinha efetuar revisões e reparações planeadas às suas fragatas, e consequentemente, do estaleiro manter em pleno a sua atividade nestes sectores específicos.

Apesar da existência de obras nesta gama de tecnologia, mercê do decréscimo da população fabril por passagens à reforma (sem realimentação de Recursos Humanos devido às barreiras legislativas impostas), urge dotar o estaleiro com mão-de-obra rejuvenescida e capacitada, que venha a desenvolver a sua proficiência (processo

RELATÓRIO E CONTAS

oneroso, e que requererá diversos anos a concretizar), assegurando as competências basilares à execução do trabalho técnico de elevada complexidade e qualidade, como por exemplo nos sistemas das Fragatas da Classe “Bartolomeu Dias”.

Será ainda importante reforçar que a existência deste nicho de tecnologia e produtos de elevado valor acrescentado implica um processo de formação e de treino muito longo, dispendioso e que requer uma realimentação frequente, não apenas ao nível da formação de recursos humanos, mas também de atualização de formação e, acima de tudo, de exercício da atividade. Uma simples análise de mercado demonstra que este sector de capacidade do estaleiro é substancialmente mais económico que o recurso à subcontratação aos fabricantes e demais empresas internacionais, se esta for possível, cifrando-se em diferenciais de acréscimo de preço de mercado sempre superiores a 100% relativamente aos praticados pela Arsenal do Alfeite, SA.

Principais atividades comerciais por Sector de Negócio

Reparação Naval Militar

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Militar há a destacar os seguintes projetos:

- Revisão Intermédia + Docagem do Navio de Patrulha Oceânica NRP “Figueira da Foz”, da Marinha Portuguesa;
- Revisão e Modernização/Modificação do patrulha “Mondego”, da Marinha Portuguesa;
- Revisão e Modernização/Modificação do patrulha “Guadiana”, da Marinha Portuguesa;
- Revisão Intermédia + Docagem do Navio oceanográfico “Andrómeda”, da Marinha Portuguesa;
- Revisão Intermédia + Docagem da lancha NRP “Sagitário”, da Marinha Portuguesa;
- Revisões Assistidas (RA) dos submarinos NRP “Tridente” e “Arpão”, da Marinha Portuguesa;

RELATÓRIO E CONTAS

- Docagem de Garantia do submarino NRP "Tridente", da Marinha Portuguesa;
- Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

Reparação Naval Comercial

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Comercial foram estabelecidos contatos com a Transtejo, perspetivando-se a colaboração futura na área de manutenção/reparação dos meios dessa empresa.

Construção Naval

Ao nível do setor de negócio da Construção Naval, refere-se o projeto em curso da construção de duas lanchas salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos, da Autoridade Marítima Nacional, com entrega da primeira prevista para 2019 e a segunda para 2020.





IV - RECURSOS HUMANOS

RELATÓRIO E CONTAS

IV - RECURSOS HUMANOS

Gestão de Recursos Humanos

No final de 2018, verifica-se que o efetivo da Arsenal do Alfeite, S.A se reduziu face ao registado em 31 de dezembro de 2017. Assim, em 31 de dezembro de 2018, a Arsenal do Alfeite, S.A., tinha no ativo 480 trabalhadores. De se enfatizar que o número de trabalhadores, em 31 de dezembro de 2017, se cifrava em 493 e em 507 em 31 de dezembro de 2016.

Em 2018, a saída de 32 trabalhadores, por oposição à admissão de somente 19, originou a diminuição registada do efetivo.

Os trabalhadores que saíram da Arsenal do Alfeite, S.A., detinham as seguintes categorias: 11 Operários Navais, 8 Técnicos Especialistas, 1 Encarregado, 1 Operador de Máquinas, 6 Técnicos Superiores, 1 Chefe de Divisão, 1 Diretor e 3 Administradores. Relativamente às entradas, regista-se a admissão de 5 Operários Navais, 1 Técnico Especialista, 2 Técnicos Superiores, 4 Chefes de Divisão, 4 Diretores e 3 Administradores.

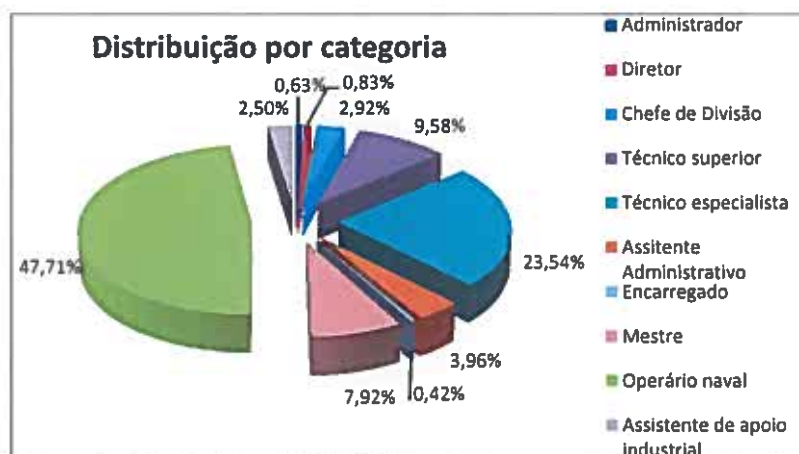
Em 31 de dezembro de 2018, o efetivo apresentava a seguinte distribuição, por vínculo:

Membros do Conselho de Administração	3
Comissão de serviço	1
Acordo de cedência de interesse público	387 (10 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	12
Contrato de trabalho sem termo	77

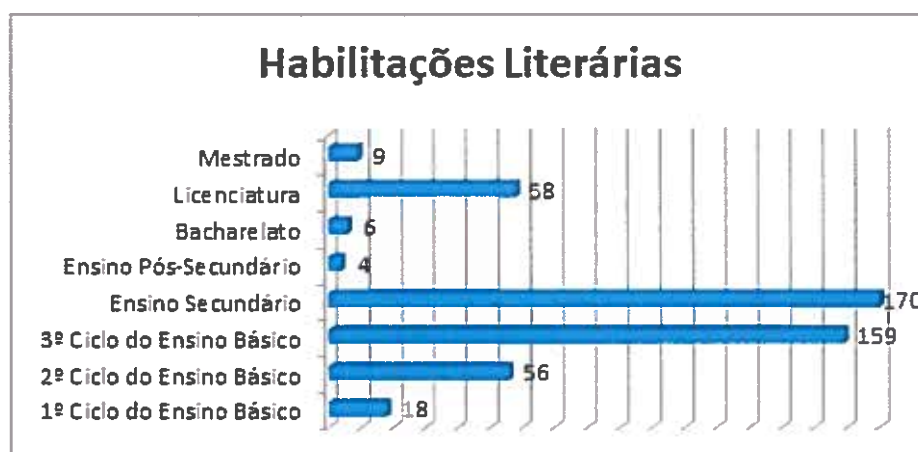
A população caracteriza-se por ser maioritariamente masculina (450 homens e 30 mulheres), com uma idade média a rondar os 48 anos e seis meses.

Os quadros seguintes refletem a distribuição por categoria e distribuição por sexo dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A.:

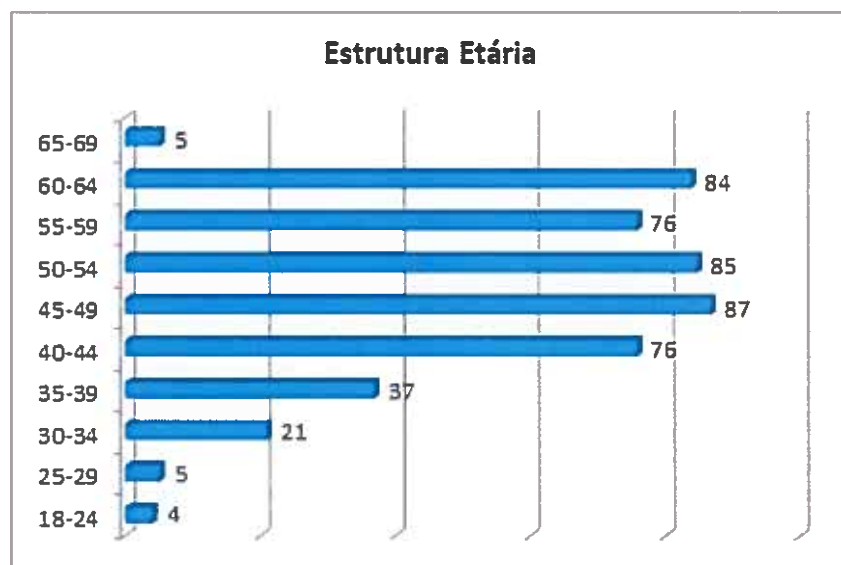
RELATÓRIO E CONTAS



A idade média subiu ligeiramente face a 2017 situando-se agora nos 48,60 anos (48,55 anos em 2017) e a distribuição das habilitações académicas e literárias revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico (correspondendo no conjunto a 84,59%):



RELATÓRIO E CONTAS



Em 2018, o índice de ausências manteve-se praticamente inalterado em relação a 2017, registando um valor de 7,22% (7,24% em 2017). No que respeita ao absentismo registou-se um valor de 3,52%, ligeiramente superior ao registado em 2017 que foi de 2,84%.

A rotação externa, por sua vez, aumentou consideravelmente face ao ano anterior, cifrando-se, no ano de 2018, em 5,27% (2,11% em 2017 e 5,6% em 2016).

No ano de 2018, registou-se a saída de 32 trabalhadores, tendo sido admitidos 19 (de se registar o aumento de admissões face a 2017 que registou apenas 3). As saídas referem-se, maioritariamente e à semelhança dos anos transatos, a cessações do acordo de cedência de interesse público (ACIP) por iniciativa dos próprios trabalhadores, com transferência para outros organismos da Administração Pública ou empresas públicas. Note-se que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual decorrente do Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro, a Arsenal do Alfeite, S.A., não se pode opor à saída de trabalhadores por sua vontade no âmbito de ACIP.

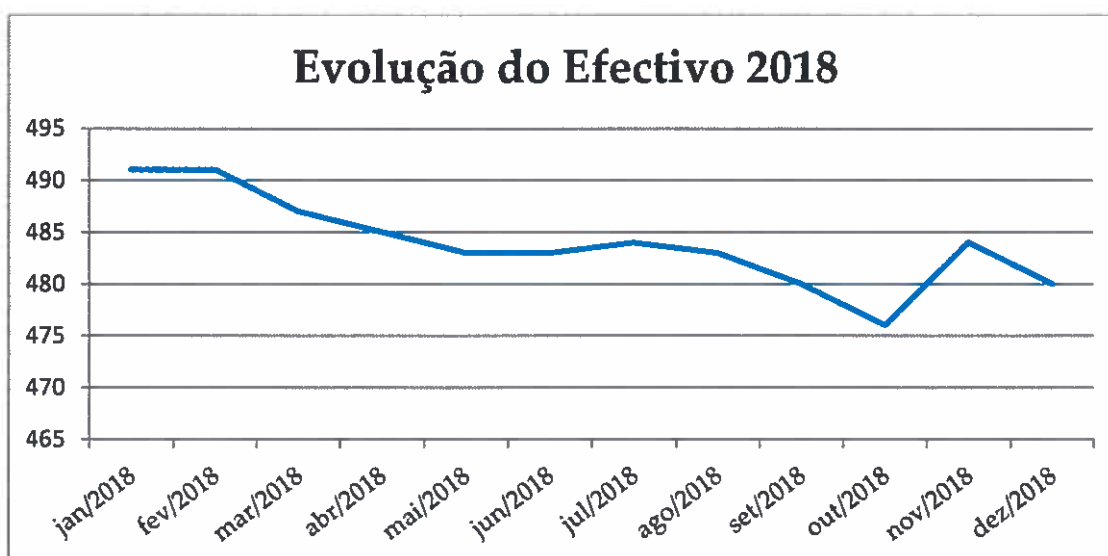
Em sede de políticas salariais, e decorrente da aplicação do disposto no n.º 12 do artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2018, conjugado com o artigo 136.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental

RELATÓRIO E CONTAS

(Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio), foi iniciado o processo de descongelamento das progressões e promoções dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com efeitos a 1 de janeiro de 2018, sendo o pagamento dos devidos acréscimos remuneratórios efetuado de acordo com o faseamento estipulado no ano de 2018 e 2019.

Realça-se que, e em cumprimento do Despacho n.º 5327/2018, de 18 de maio, de Sua Exa. o Ministro das Finanças (publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 103, de 23 de maio), e tendo como objetivo assegurar o controlo e monitorização da aplicação do processo de descongelamentos de carreiras, progressões e promoções, efetuou-se o reporte à Inspeção-Geral das Finanças, nos termos fixados naquele diploma.

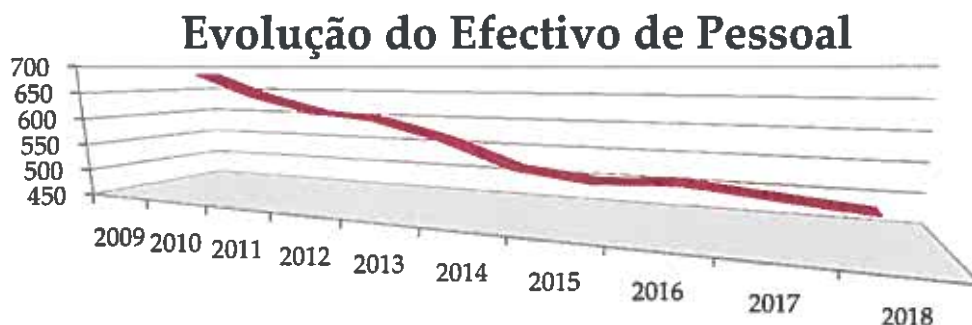
O ano de 2018 caracterizou-se pela ligeira diminuição do efetivo, verificando-se uma correspondente diminuição dos encargos com remunerações permanentes:



Devido ao reduzido nível de contratações e à saída, em média, de 2,7 trabalhadores por mês, a Arsenal do Alfeite, S.A., voltou a uma fase de decréscimo do efetivo, desta feita para se situar em patamar inferior a 500 trabalhadores. No que respeita aos gastos associados, está em linha com a tendência que tem vindo a verificar-se desde o início da atividade da empresa, em 1 de setembro de 2009, ou seja registou-se uma ligeira diminuição (note-se que a oscilação em 2013 da tendência de descida dos gastos com

RELATÓRIO E CONTAS

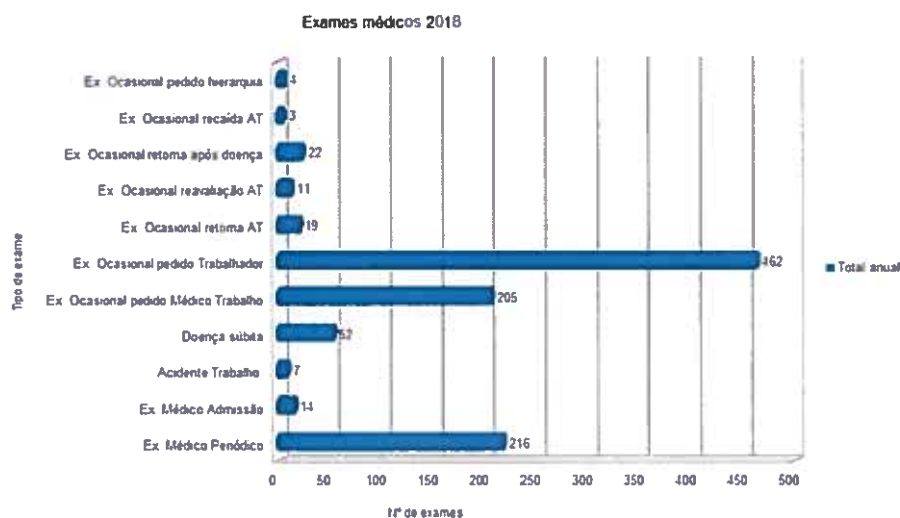
pessoal ficou a dever-se à retoma do pagamento dos subsídios de férias e Natal nesse ano):



Saúde no Trabalho

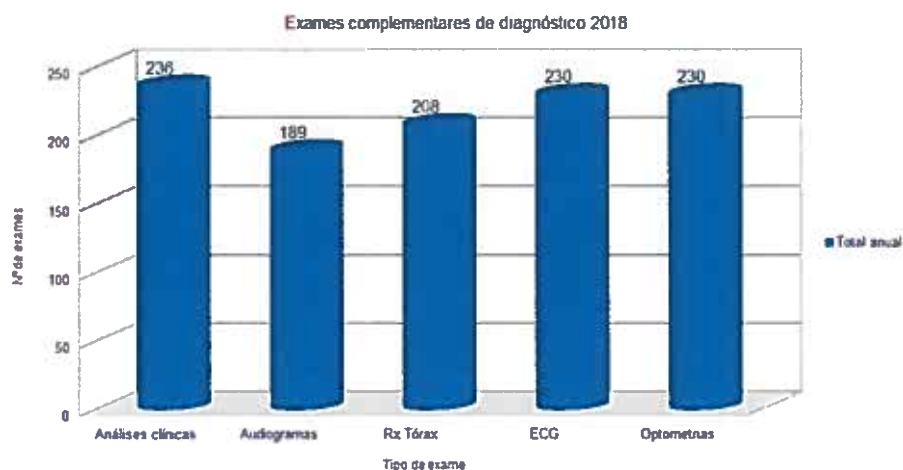
A atividade obrigatória de assegurar a Saúde no Trabalho foi desenvolvida através de serviço interno, que exerceu as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde e de prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito, o serviço manteve em permanência uma enfermeira durante o período normal de laboração e uma médica de medicina do trabalho quatro dias por semana.

Elencam-se de seguida o tipo de exames feitos ao longo do ano de 2018 pelo serviço interno de medicina do trabalho sendo que na totalidade foram realizados 1.015 exames.

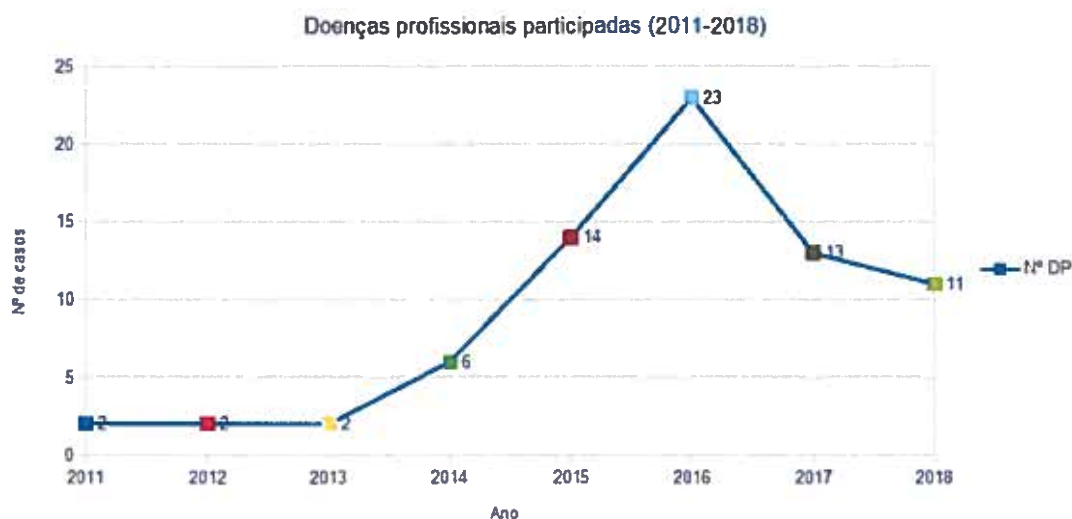


RELATÓRIO E CONTAS

Refira-se ainda que, durante o ano de 2018, foram realizados/solicitados 1.093 exames complementares com a seguinte distribuição:



É ainda de mencionar evolução do número de doenças profissionais participadas no período que medeia entre 2011 e 2018, tendo-se registado uma diminuição em 2018.



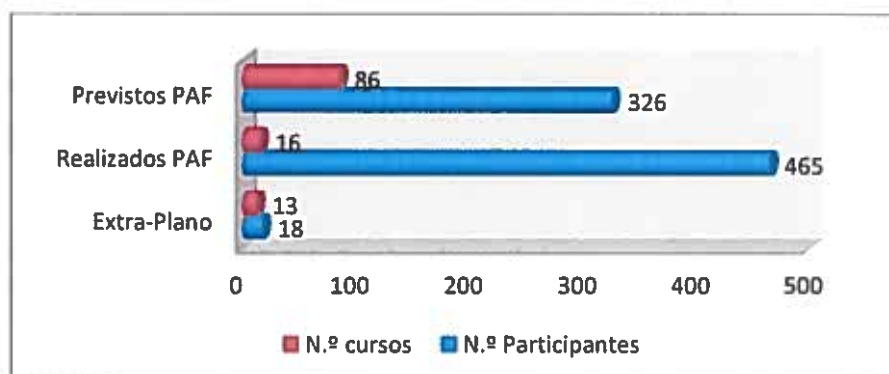
Formação profissional

O Plano Anual de Formação para 2018 foi executado em conformidade com a disponibilidade e as necessidades da empresa. No último trimestre de 2018, concretizaram-se mais de metade das ações de formação naquele período temporal,

RELATÓRIO E CONTAS

salientando-se o aumento exponencial do número de participantes, justificado pela sensibilização junto dos próprios na frequência de ações de carácter transversal.

As diversas fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna e à formação externa, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:



	2018	2017	2016
Número de ações de formação frequentadas	29	68	98
Volume da formação (horas)	1426	828	2099
Número de participantes	483	646	476

Comparando o ano de 2018 com o ano de 2017, verifica-se que se registou naquele uma diminuição considerável do número de ações de formação frequentadas (de 68 para 29) embora se registre um aumento significativo do volume de formação (de 828 horas para 1.426).

Frise-se que no Plano Anual de Formação para 2018, e portanto nos dados indicados, não se inclui a formação extraordinária para capacitação submarina que vários trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., continuaram a realizar em 2018 e cujo início remonta ao início de 2017, em Kiel, Alemanha. O número de horas de formação em Kiel e os seus custos (preço, ajudas de custo, encargos com transporte e alojamento) são muito superiores aos correspondentes números e valores totais do Plano Anual de Formação para 2018.

RELATÓRIO E CONTAS

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A. proporcionou, em 2018, a realização de estágios curriculares em contexto de trabalho a 14 estudantes (7 de cursos profissionais do ensino secundário e 7 do ensino superior). Em 2017 e em 2016 foram proporcionados pela Arsenal do Alfeite, S.A., 27 e 45 estágios, respetivamente. Salienta-se que, no total, os estágios mencionados significaram a aprendizagem em contexto real de trabalho durante 5.700 horas (10.886 horas em 2017). Tal volume de horas traduziu-se em 2018, aproximadamente, em 712,5 dias (1.360 dias em 2017).

Ação Social

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores, consubstanciado no apoio pela Arsenal do Alfeite, S.A., à frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.). Beneficiaram desta parceria os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 4 anos:

Ano letivo de 2015/2016 - 15 crianças

Ano letivo de 2016/2017 – 22 crianças

Ano letivo de 2017/2018 – 20 crianças

Ano letivo de 2018/2019 – 16 crianças

Igualmente dirigida aos filhos dos trabalhadores foi organizada de 2 a 13 julho o campo de férias da Arsenal do Alfeite, S.A., com a participação de 47 crianças e jovens entre os 6 e os 16 anos.



Arsenalista +

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa continuou em vigor o programa Arsenalista Mais com o grande objetivo de aumentar os níveis de conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e

RELATÓRIO E CONTAS

familiar, como melhor referido no Relatório de Governo Societário.

Menciona-se também o esforço para garantir a continuidade dos serviços de cafetaria e refeitório fornecendo esta valência, durante o ano de 2018, uma média de 120 refeições diárias a preços inferiores ao valor do subsídio diário de refeição pago aos trabalhadores.





V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA



V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e entidade pública reclassificada segue os procedimentos pré-contratuais do Código dos Contratos Públicos ou, sendo o caso, o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que rege a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança, para a aquisição de bens e serviços e de empreitadas. Sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.

Assim, a empresa procede, nos termos exigidos pela lei, às publicações das relações contratuais com terceiros através da plataforma eletrónica de contratação pública Base – Contratos Públicos *Online*.

Por outro lado, existem na empresa procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, estando previsto no Manual do Sistema Integrado de Gestão, a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública. Neste âmbito, foram aprovados em 2012, tendo sido revistos em outubro de 2015 e anualmente apreciados no âmbito do sistema de gestão de qualidade, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01B – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02B – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03B – Avaliação de fornecedores.

Em 2018 os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços foram:

RELATÓRIO E CONTAS

Procedimentos de Contratação			
	Quantidades	%	% em função do valor contratado
Concurso Público	32	0,99	26,39%
Concurso Público Urgente	16	0,50	12,62
Contratação Excluída	23	0,71	11,93
Centrais de compras (ESPAP, UMC/MDN)	10	0,31	9,94
Ajuste Direto	28	0,87	5,36
Ajuste Direto por Critérios Materiais	83	2,58	10,55
Ajuste Direto Simplificado	3.030	94,04	23,20
	3.222	100%	100%

No que respeita aos ajustes diretos (incluindo ajustes diretos simplificados), a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, bem como, pela comparação prévia entre mais do que um fornecedor e prestador de serviço como previsto no procedimento interno PCA 01 – Aquisição de bens e serviços.

Assim, a Divisão de Contratação e Aprovisionamento, salvo exceções (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente), inicia todo e qualquer procedimento de aquisição mediante consulta prévia e exploratória ao mercado, sendo consultados, no mínimo, três fornecedores distintos (sendo frequentemente consultadas empresas num número muito superior a três), o que permite não só justificar a escolha do fornecedor em função do preço proposto mas também manter um conhecimento atual e pormenorizado do mercado.

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios e equipamentos intervencionados, 82,06% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o Ajuste Direto Simplificado.

RELATÓRIO E CONTAS

Durante o ano de 2018, foram efetuadas 3.222 requisições ao mercado, distribuídas por intervalos de valor conforme quadro abaixo:

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2.645	82,06%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	471	14,63%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	89	2,75%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	8	0,26%
Superior ou igual a 100.000€	9	0,3%
	3.222	100%

No que respeita aos procedimentos de contratação adotados, releva-se o recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”, e o recurso a acordos-quadro da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.), quanto à contratação de serviços de vigilância e limpeza.

No que respeita à submissão de contratos com valor superior a € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) à fiscalização prévia do Tribunal de Contas (tendo em conta o determinado pelo artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), salienta-se o envio do contrato celebrado com a Induma – Máquinas Industriais, Lda. para o fornecimento de quatro instalações propulsoras para equipar duas embarcações Salva-Vidas, em construção na Arsenal do Alfeite, SA, tendo sido emitido o correspondente visto em 23 de agosto de 2018.

Por fim, de se enfatizar que não foram celebrados, durante o ano de 2018, quaisquer contratos com valor superior a 5.000.000€.



VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Com o intuito de dar cumprimento aos especiais deveres de prestação de informação, designadamente enquanto empresa pública e entidade pública reclassificada no perímetro das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional, a Arsenal do Alfeite, S.A., presta diversas informações melhor descritas no Relatório de Governo Societário.

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o setor empresarial do Estado, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro disponível no Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais - não divulgado neste último sítio internet por o acionista da Arsenal do Alfeite, S.A., não ser diretamente o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, mas sim uma empresa pública (a Empordef, S.G.P.S., S.A., em liquidação).



VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

RELATÓRIO E CONTAS

VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2018, nomeadamente o seu artigo 56.º, determina, que “o crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos”.

A Arsenal do Alfeite, S.A., dá pleno cumprimento ao exigido pela citada lei e pelas orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão, pois não recorreu a qualquer financiamento bancário ou outro, como se pode ver nos quadros seguintes:

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), apurado nos termos da fórmula indicada nas instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças:

	2018	2017	2016	2015	2014	Variação 18/17			
Passivo Remunerado							Valores (€)	Valor	%
Financiamento Remunerado (Correntes e Não Correntes)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
- dos quais concedidos pela DGIF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Endividamento Ajustado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

O contexto atual permite ao Conselho de Administração encarar o futuro com moderado optimismo atendendo a que percebemos uma vontade clara e explícita da Marinha Portuguesa de recuperação do défice de manutenção da esquadra. Num projeto que se poderá estender aos próximos dois anos fiscais contamos com a revisão intermédia da fragata Vasco da Gama, há três anos que uma fragata não era objeto deste tipo de intervenção no estaleiro, a que acrescem trabalhos significativos no Bérrio e Sagres, entre outros.

O registo de optimismo vê-se reforçado atendendo a que os operadores de transportes públicos do estuário do Tejo perspectivam novos investimentos de renovação da frota bem como reforçar o esforço de manutenção do material em fim vida e, finalmente, as oportunidades no âmbito da parceria estratégica com a tkMS reúnem condições para se materializar em negócios para a Arsenal do Alfeite, S.A.

O desenvolvimento do programa de capacitação para a manutenção de submarinos poderá conduzir à identificação de novas oportunidades de negócio junto de marinhas de guerra que operem submarinos construídos pela tkMS, desde logo porque as valências conjuntas da Marinha Portuguesa, com a sua capacidade de operar estes submarinos, conjugada com a capacidade de manutenção e reparação da Arsenal do Alfeite, S.A. não deixarão de constituir o melhor fator de promoção das nossas competências. Ainda nos mercados externos permanecem em aberto as boas relações com a Marinha Real de Marrocos, sendo razoável admitir que no decurso do triénio mais navios venham a ser intervencionadas no nosso estaleiro.

A construção de um clima de confiança no estaleiro, entre as várias equipas entre si e entre aquelas e a gestão, é regeneradora de um capital que possibilitará encarar com optimismo os desafios que se nos colocam no futuro próximo. De igual transcendência é a confiança recíproca que temos vindo a consolidar com a Marinha Portuguesa, materializada num projeto conjunto de alinhamento estratégico e cuja tradução, estamos

RELATÓRIO E CONTAS



certos, se irá repercutir em mais sólido desempenho e os resultados financeiros de que tanto carecemos.

O ambiente é globalmente favorável e as oportunidades colocam-se diante de nós pelo que nos compete desenvolver as condições para que aquelas se materializem e se traduzam em criação de valor. Antes de mais é fundamental quebrar o ciclo de resultados negativos e fazer de 2019 um ano de inflexão, que se repercuta numa maior motivação dos trabalhadores, na recuperação da confiança de parceiros, de clientes e da tutela. Simultaneamente há que pensar no estaleiro para o futuro, sedimentando novos métodos de trabalho, participando em iniciativas no domínio da inovação e equacionar, em colaboração com a Marinha Portuguesa, uma melhor integração do planeamento e gestão do ciclo de vida dos navios e outros meios de ação naval.

Iremos continuar a promover a utilização de espaços ociosos a organismos ligados ao empreendedorismo (startups), preferencialmente associados à economia do mar, assim contribuindo para o dinamismo da economia nacional ao mesmo tempo que potenciamos sinergias em múltiplas facetas do estaleiro, pela disponibilidade de recursos proficientes nas mais recentes tecnologias ou competências em áreas do conhecimento associadas à inovação.

No domínio da Gestão de Pessoas está em marcha uma iniciativa visando dotar a Arsenal do Alfeite, S.A. de processos robustos visando articular e prover de coerência regulamentos fundamentais tais como aqueles que versam sobre atribuições e responsabilidades, organização do trabalho, avaliação de desempenho e carreiras e sistema retributivo.

Apesar das circunstâncias difíceis que encerram o facto de a Arsenal do Alfeite, S.A. se inserir no perímetro das empresas públicas reclassificadas, com a inerente redução da agilidade e flexibilidade em processos de decisão críticos para o negócio, vamos perseverar na necessidade de simplificar processos e otimizar os recursos disponíveis,

RELATÓRIO E CONTAS

salvaguardando as melhores práticas de gestão e a máxima transparência em todos os processos de negócio.

Entre as várias iniciativas identificadas cabe destacar a necessidade de reforçar junto da tutela a premente carência de reforço dos quadros de pessoal com o preenchimento dos 42 postos de trabalho, bem como reavaliação e sujeição a apreciação superior das várias opções alternativas de investimento que reforcem a capacidade e/ou estimulem os maiores e de mais rápida absorção ganhos de eficiência.

De salientar, uma iniciativa de extrema importância para o desenvolvimento das atividades normais da Arsenal do Alfeite, S.A., foi o pedido de exceção do estipulado no Artigo 60º da Lei do Orçamento de Estado.

O futuro próximo reserva-nos desafios muito importantes cuja superação será determinante para as próximas duas décadas, como tal será exigido o máximo das nossas capacidades de concentração colectiva e de liderança, que se exige firme e inspiradora.



IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

A Arsenal do Alfeite, S.A., encerrou o exercício financeiro de 2018 com um resultado líquido negativo de 4.453,76 m€ (milhares de euros), o que representa um decréscimo de 2.525,18 m€ relativo ao exercício anterior.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2018	2017
Rendimentos Operacionais	15.747,75	17.626,95
Gastos Operacionais	17.072,22	16.525,76
Resultado Operacional	-1.324,47	1.101,20
Gastos de depreciação e amortização	3.139,26	3.069,46
Resultado Financeiro	1,85	71,30
Imposto sobre o Rendimento do Período	-8,11	31,61
Resultado Líquido do Período	-4.453,76	-1.928,58

Relativamente a 2017, o resultado líquido de 2018 reflete, fundamentalmente, uma diminuição dos rendimentos operacionais, mas também um aumento dos gastos associados aos custos das mercadorias, aos fornecimentos e serviços externos, aos gastos com o pessoal (efeito das valorizações remuneratórias nos termos da LOE2018) e às provisões para contratos de prestação de serviços. Reflete ainda, ao nível dos rendimentos, as iniciativas de investimento na capacitação submarina e na construção de embarcações em materiais compósitos, designadamente as Lanchas Salva-Vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos, conforme se pode constatar pelo aumento relevante dos “Trabalhos para a própria entidade” em 2017 e 2018.

RELATÓRIO E CONTAS

Em suma, as contas de 2018 representam relativamente a 2017 uma redução da atividade do estaleiro, que se traduz na diminuição de rendimentos e aumento de gastos operacionais, sendo esses aumentos sobretudo justificados pelo investimento no desenvolvimento interno de novas capacidades.

Os rendimentos operacionais situaram-se aquém do pretendido, o que ficou a dever-se ao atraso na celebração do contrato para a reparação do NRP Arpão, ao protelamento na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina, devido a restrições orçamentais ocorridas naquele país, e ao atraso na colocação das encomendas e na confirmação de trabalhos adicionais por parte da Marinha Portuguesa.

Os rendimentos operacionais atingiram assim 15.747,75 m€, correspondendo a um decréscimo de cerca de 11% face a 2017 (uma diminuição de 1.879,20 m€), com especial ênfase nos Serviços Prestados.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2018	2017
Vendas	18,38	33,56
Serviços Prestados	10.694,30	13.026,00
Subsídios à Exploração	-	-
Trabalhos para a Própria Entidade	2.184,08	1.746,50
Imparidade de Dívidas a Terceiros	18,37	-
Provisões	68,91	-
Outros Rendimentos	2.763,71	2.820,89
Rendimentos Operacionais	15.747,75	17.626,95

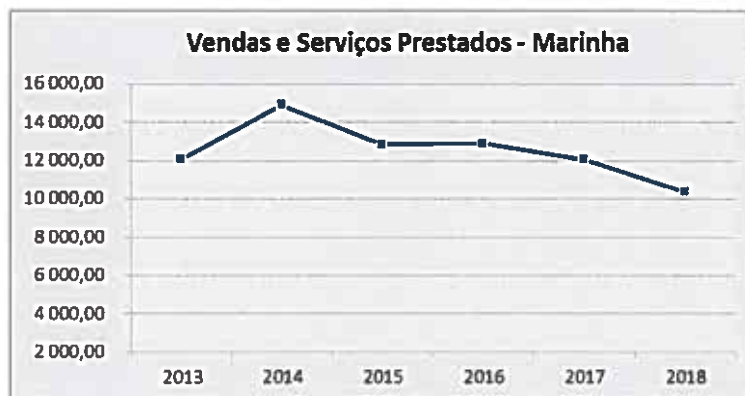
No período de 2018, os serviços prestados registaram um decréscimo de 2.331,70 m€, face ao período homólogo do ano anterior, devido à diminuição do negócio de reparação naval – militar, que decresceu significativamente relativamente ao ano transato, decorrente, conforme já referido, dos atrasos na celebração dos contratos de reparação do submarino Arpão, com a Marinha Portuguesa e a Thyssenkrupp Marine Systems GmbH (tkMS) e “do Patrouilleur Haute Mer El Karib”, com a Marinha Real de Marrocos, e dos atrasos na colocação das encomendas e confirmação de trabalhos adicionais por parte da Marinha Portuguesa.

RELATÓRIO E CONTAS

(Valores expressos em milhares de euros)

	2018	2017
D1 - Reparação Naval – militar	10.226,91	11.955,21
D1 - Reparação Naval - militar internacional	261,85	796,45
D2 - Reparação Naval - não militar	0,40	102,63
D3 - Construção	0,00	0,00
D4 - Manutenção Industrial	8,35	6,71
D5 - Laboratórios	111,92	73,65
D6 - Outros	84,87	91,35
	<u>10.694,30</u>	<u>13.026,00</u>

O decréscimo dos serviços prestados foi assim fortemente influenciado pela diminuição de encomendas por parte do nosso principal cliente, a Marinha Portuguesa, constatando-se que 2018 foi, dos últimos 6 anos, o ano em que foram prestados menos serviços a este Ramo das Forças Armadas (10.383,29 m€).



Os “Trabalhos para a Própria Entidade”, no montante 2.184,08 m€, correspondem a um acréscimo de 25% relativamente aos realizados no ano anterior. Em 2018 foram realizados diversos trabalhos internos, nomeadamente a reparação e beneficiação da doca flutuante, a beneficiação de diversas infraestruturas, a formação a trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A. (capacitação para reparação dos submarinos da classe Tridente), o desenvolvimento do projeto e manufatura dos moldes para a construção das Lanchas Salva Vidas L150 em materiais compósitos e construção de “Jigs and Tools” para a capacitação na manutenção de submarinos.

RELATÓRIO E CONTAS

A rubrica “Outros Rendimentos”, inclui o subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes.

O subsídio do governo não monetário está a ser imputado numa base sistemática aos rendimentos dos exercícios durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	2018	2017	2016	2015	2014	€		2011	2010
						2013	2012		
Subsídio não monetário	71.422.893,38	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.838,13	88.289.916,44	91.174.232,09	94.058.803,85
Rédito do ano	2.717.343,12	2.756.517,44	2.776.278,58	2.783.351,37	2.811.941,57	2.857.855,79	2.881.079,31	2.884.315,65	2.884.571,76
	68.705.550,26	71.422.893,38	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.837,13	88.289.916,44	91.174.232,09

Por seu turno, os gastos operacionais em 2018 ascenderam a 17.072,22 m€, correspondendo a um acréscimo de cerca de 3% relativamente ao valor alcançado em 2017. Este pequeno acréscimo dos gastos operacionais resulta sobretudo das iniciativas de desenvolvimento interno de novas capacidades associadas aos programas de construção das Lanchas Salva Vidas - L150 (desenvolvimento do projeto e manufactura dos moldes) e de capacitação para a reparação dos submarinos portugueses e de outros de origem alemã (formação de trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., em Kiel, Alemanha). Todavia, foram prosseguidas as práticas da empresa com vista à redução e racionalização dos gastos correntes, em particular dos associados à contratação de bens e serviços necessários ao funcionamento da empresa.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2018	2017
CMVMC	1.492,52	1.364,41
FSE	2.539,96	2.445,70
Gastos Pessoal	12.727,36	12.608,98
Imparidade	-	-
Provisões	293,77	68,91
Outros Gastos	18,61	37,77
Gastos Operacionais	17.072,22	16.525,76

RELATÓRIO E CONTAS

O “Custo das Matérias Consumidas” totalizou 1.492,52 m€, valor acima do observado em 2017, e que reflete o já referido desenvolvimento interno de novas capacidades, nomeadamente o custo com as instalações propulsoras para equipar a primeira Lancha Salva-Vidas.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” sofreram, no cômputo global, um acréscimo de 4% face ao ano anterior, o que se justifica igualmente com os gastos associados ao desenvolvimento interno de novas capacidades, designadamente na contratação de serviços de consultadoria e de trabalho especializado e temporário nas áreas tecnológicas da carpintaria e dos materiais compósitos, bem com os transportes deslocações e estadas dos trabalhadores em formação na Alemanha.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2018	2017
Subcontratos	948,94	844,82
Trabalhos Especializados	83,24	93,20
Publicidade e Propaganda	7,70	8,50
Vigilância e Segurança	115,31	114,17
Honorários	62,48	60,23
Conservação e Reparação	95,46	66,99
Materiais	33,40	36,00
Eletricidade	357,88	359,74
Combustíveis	24,26	24,48
Gás	42,96	44,36
Deslocações, Estadas e Transporte	161,00	182,24
Rendas e Alugueres	131,66	151,18
Comunicação	18,15	19,01
Seguros	94,84	98,74
Contencioso e Notariado	6,94	0,35
Despesas de Representação	8,43	11,52
Limpeza, Higiene e Conforto	330,63	316,61
Diversos	16,68	13,56
	2.539,96	2.445,70

Na análise mais detalhada da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” destaca-se o acréscimo na rubrica Subcontratos”, no montante de 104,12 m€, justificado em grande

RELATÓRIO E CONTAS

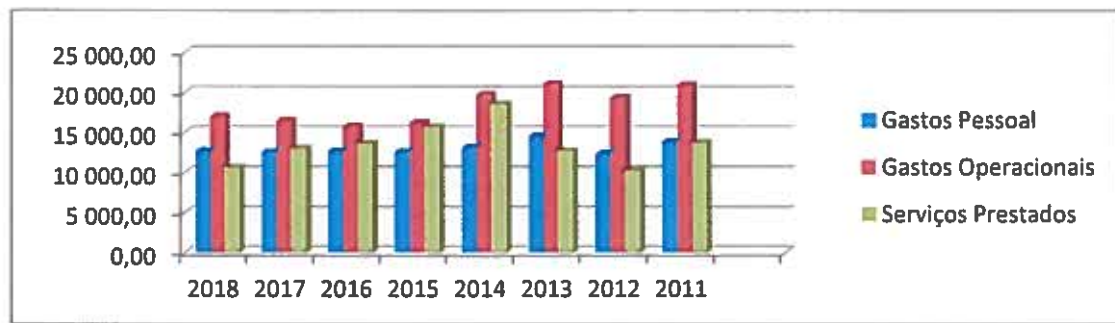
parte com a subcontratação de serviços associados à capacitação para construção das Lanchas Salva Vidas - L150 em materiais compósitos utilizando tecnologias avançadas.

Os “Gastos com Pessoal” ascenderam a 12.727,36 m€, evidenciando um ligeiro aumento face a 2017. Este acréscimo foi determinado essencialmente pelo efeito das valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018 e, também, pelo aumento do valor do Seguro de Acidentes de Trabalho.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2018	2017
Órgãos Sociais		
Remunerações	186,86	229,41
Encargos sobre Remunerações	42,87	52,94
Seguro de Saúde	0,28	1,32
	<u>230,01</u>	<u>283,67</u>
Pessoal		
Remunerações	9.911,48	9.868,56
Encargos sobre Remunerações	2.205,69	2.167,43
ADSE		
Seguro de Saúde	51,63	67,83
Seguro de Acidentes no Trabalho	246,92	126,39
Gastos de Ação Social	50,64	66,89
Outros Gastos	30,98	28,21
	<u>12.497,35</u>	<u>12.325,31</u>
	<u>12.727,36</u>	<u>12.608,98</u>
Números de Recursos Humanos no final do período	480	493

Neste âmbito, importa sublinhar o peso significativo dos gastos com pessoal nos gastos totais da empresa, demonstrando claramente a importância da mão-de-obra interna nos serviços por ela prestados, e refletindo a obrigação de serviço público que sobre si impende de manutenção qualitativa e quantitativa das competências de construção, manutenção e reparação naval militar.

RELATÓRIO E CONTAS



Os “Resultados Financeiros” que, à data de 31 de dezembro de 2018, ascenderam a 1,85 m€, resultam essencialmente da remuneração do empréstimo concedido à acionista única Empordef, S.G.P.S., S.A., em liquidação (2,65 m€). Face a anos anteriores acompanha a tendência de diminuição registada na rubrica de juros e gastos similares obtidos, devido, essencialmente, à redução do capital em dívida. Em 2018 foi amortizado o montante total de 1.601,02 m€, sendo 1.587,18 m€ referentes a capital e 13,84 m€ respeitantes a juros, decorrentes dos contratos de mútuo celebrados entre a Arsenal do Alfeite, S.A., e a Empordef, S.G.P.S., S.A., em liquidação, designadamente os celebrados nos termos das oito deliberações unânimes por escrito, datadas de 22 de junho de 2010 a 26 de janeiro de 2011, que viriam a ser titulados por contrato celebrado entre as referidas empresas datado de 10 de janeiro de 2013 (aditado por contrato de 18 de fevereiro de 2013), e o contrato de mútuo entre as mesmas partes datado de 16 de março de 2012).

Foram ainda reconhecidos juros contratuais referentes ao exercício de 2018 no montante de 2,65 m€, os quais foram pagos pela Empordef. Com as amortizações efetuadas em 2018, ficou liquidada a totalidade da dívida pela acionista.

Em resumo, a conjugação das várias componentes atrás descritas conduziu, ao nível da demonstração de resultados, ao já referido resultado líquido negativo de 4.453,76 m€.

Situação Financeira e Patrimonial

O balanço em 31 de dezembro de 2018 apresenta um ativo líquido 89.017,62 m€, tendo registado um decréscimo de 7.449,93 m€ em relação a 31 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO E CONTAS

(Valores expressos em milhares de euros)

	2018	2017
Ativo não corrente	78.062,17	77.663,68
Ativo corrente	10.955,44	18.803,87
Total do Ativo	89.017,62	96.467,55

O nível de investimento em ativos tangíveis e intangíveis, realizado em 2018, no montante de 3.483,99 m€, significou um aumento de 669,15 m€ face ao ano anterior (2.814,84 m€ em 2017). O investimento superou assim as depreciações do ano, que perfizeram o montante de 3.139,26 m€. De salientar que o montante de depreciações referente a ativos transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão, ascendeu a 2.717,34 m€.

Por comparação com 2017, verificou-se uma redução do “Ativo Corrente” em cerca de 7.848,43 m€, determinado (1) pela redução da rubrica “Outros créditos a receber”, em resultado da redução da dívida por parte da Empordef, S.G.P.S., S.A., em liquidação, e (2) pela necessidade de financiamento da atividade operacional da empresa e pela variação (redução do passivo) dos rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço – trabalhos faturados mas não realizados, com reflexos na rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”. O investimento afeto ao “Ativo não corrente” influenciou em grande parte esta redução, com reflexos também nesta última rubrica.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2018	2017
Inventários	997,65	618,56
Clientes	204,60	526,83
Estado e outros entes públicos	39,96	474,42
Outros créditos a receber	1.273,56	2.737,07
Diferimentos	38,99	38,71
Caixa e depósitos bancários	8.400,68	14.408,29
	10.955,44	18.803,87

Observa-se ainda um aumento na rubrica “Inventários”, que resulta da aquisição de equipamentos e materiais para incorporação na construção das Lanchas Salva-Vidas.

RELATÓRIO E CONTAS

(Valores expressos em
milhares de euros)

	2018	2017
Capital próprio	69.942,56	76.502,26
Passivos não correntes	15.142,52	15.519,06
Passivos correntes	3.932,55	4.446,24
Total do Capital Próprio e Passivo	89.017,62	96.467,55

O “Capital Próprio “ decresceu 6.559,70 m€, perfazendo assim 69.942,56 m€ no final do ano 2018. A variação negativa deve-se essencialmente ao reconhecimento do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes líquido de imposto (- 2.105,94 m€) e ao resultado negativo do exercício de 2018.

Em termos de “Passivo Total”, no final do exercício de 2018, verificou-se um decréscimo no montante de 890,23 m€ quando comparado com o ano anterior.

(Valores expressos em
milhares de euros)

	2018	2017
Passivos não correntes		
Provisões	293,77	68,91
Outras dívidas a pagar - Imposto referente ao subsídio não monetário	14.848,75	15.450,15
	15.142,52	15.519,06
Passivos correntes		
Fornecedores	506,45	760,93
Adiantamentos de clientes	-	-
Estado e outros entes públicos	682,01	921,54
Outras dívidas a pagar	2.583,07	2.714,18
Diferimentos	161,02	49,58
	3.932,55	4.446,24
	19.075,06	19.965,29

As variações mais relevantes dos elementos que constituem o passivo dizem respeito:

- ❖ Ao reconhecimento anual do imposto do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes (-611,40 m€);

RELATÓRIO E CONTAS

- ❖ À redução nas dívidas ao Estado e outros entes públicos justificado pela diminuição do IVA a pagar;
- ❖ À diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores.





X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

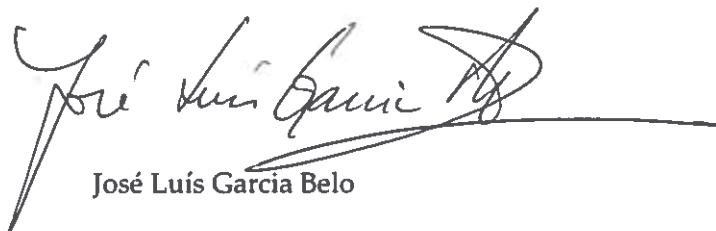
RELATÓRIO E CONTAS

X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício de 2018 no montante de 4.453.759,72€ (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e cinquenta e nove euros e setenta e dois cêntimos).

Almada, 28 de março de 2019.

O Conselho de Administração



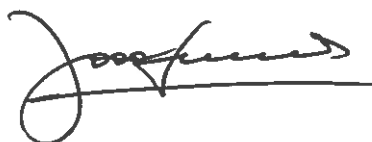
José Luís Garcia Belo

(Presidente do Conselho de Administração)



Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão

(Vogal do Conselho de Administração)



João Carlos Caldeira Gonçalves

(Vogal do Conselho de Administração)



Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão

Ponto refletido no capítulo I do presente relatório.

2. Gestão do risco financeiro

Ponto refletido no capítulo VII do presente relatório.

3. Limite de crescimento do endividamento

A empresa não tem endividamento. Ponto refletido no capítulo VII do presente relatório

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos

O governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o programa “Pagar a Tempo e Horas”, com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, sendo, ainda, de atender ao Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

Por via do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, foi ainda prevista a divulgação dos atrasos nos pagamentos (“*Arrears*”), bem como a estratégia para a sua diminuição.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores nos anos de 2018 e 2017, nos termos da legislação acima mencionada, registando-se um decréscimo em 2018, relativamente a 2017, conforme quadro seguinte:

PMP	2018	2017	Variação 2018/2017	
			Valor	%
Prazo (dias)	60,53	75,01	-14,48	-19,30

RELATÓRIO E CONTAS

Em 31 de dezembro de 2018, os prazos de pagamento das dívidas a fornecedores da Arsenal do Alfeite, SA, eram inferiores a 90 dias:

Dívidas Vencidas	Valor	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.1º DL 65-A/2011 (C)				
	0-90 dias	90-120 dias	120 dias-240 dias	240-360 dias	> 360 dias	
Aquisição de Bens e Serviços	517.216,70	-	-	-	-	
Aquisição de Capital	79.990,32	-	-	-	-	
Total	597.207,02	-	-	-	-	

5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista

Ponto refletido no capítulo II do presente relatório.

6. Remunerações

Conforme Apêndice 1 do presente relatório.

7. Estatuto do Gestor Público

Tendo em consideração o disposto nos artigos 32º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual resultante do Decreto-Lei nº 39/2016, de 28 de julho, destaca-se a ausência de qualquer utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Por outro lado, não houve reembolso de quaisquer despesas que se insiram no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

No que se refere ao valor das despesas associadas a comunicações (telefone móvel, telefone domiciliário (não aplicável) e internet) veja-se o seguinte quadro:

RELATÓRIO E CONTAS

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (C)				
Nome	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações	
Andreia Daniela Pereira Fernandes				
Ventura de Brito Bogas	60	59,18	Cumprido.	
Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	50	47,92	Cumprido.	
Rui Manuel Rapaz Lérias	50	69,87	Cumprido.	
José Luís Garcia Belo	60	216,50	Cumprido.	
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	50	272,80	Cumprido.	
João Carlos Caldeira Gonçalves	50	17,08	Cumprido.	
	320	683,35		

E quanto ao valor do combustível e portagens afeto às viaturas de serviço:

Nome	Plafond Mensal	GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS ÀS VIATURAS (C)			
	Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	Observações
Andreia Daniela Pereira Fernandes					
Ventura de Brito Bogas	434,93	298,55	129,73	428,28	Cumprido
Miguel Fernando Costa da Silva Pereira					
	347,94	775,23	330,96	1.106,19	Não Cumprido
Rui Manuel Rapaz Lérias	404,07	327,14	229,56	556,70	Cumprido
José Luís Garcia Belo					
	434,93	1.922,16	865,88	2.788,04	Cumprido
Maria Isabel	347,94	1.848,28	496,14	2.344,42	Cumprido

RELATÓRIO E CONTAS



Lopes Afonso					
Pereira Leitão					
João Carlos					
Caldeira	347,94	151,01	0,00	151,01	Cumprido
Gonçalves					

Esta matéria encontra-se aprofundada no âmbito do Relatório de Governo Societário (capítulo referente às Participações Sociais e Obrigações Detidas) no que se refere à inexistência de conflitos de interesses.

8. Despesas Não Documentadas

Tendo em consideração o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e o artigo 11.º do referido Estatuto do Gestor Público é de referir que se registou o integral cumprimento deste normativo, não se tendo verificado no ano de 2018 qualquer despesa não documentada.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Dando o devido cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, foi promovida a elaboração e divulgação de um relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres.

De acordo com o último Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres efetuado com referência a 31 de dezembro de 2017, os homens representavam a maioria dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com 93,75%, enquanto as mulheres representavam 6,25%. Constata-se, contudo, que as mulheres auferiram de remuneração média mais 41,85% do que os homens e, de rendimento médio, mais 44,07%.

Esta matéria, incluindo as medidas tomadas para promover a igualdade e a conciliação entre a vida profissional e pessoal, encontra-se aprofundada no Relatório de Governo

RELATÓRIO E CONTAS

Societário, no âmbito da análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.

10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A Arsenal do Alfeite, S.A., oportunamente elaborou, aprovou e implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., cujos relatórios de execução se elaboram anualmente. De destacar que este plano foi objeto de atualização em novembro de 2017, sem prejuízo de revisão mais aprofundada do mesmo, na qual se tem vindo a trabalhar. Quer o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, quer os respetivos relatórios de execução, encontram-se devidamente publicados. Esta matéria encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário.

11. Contratação Pública

Ponto refletido no capítulo V do presente relatório.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

No decorrer do exercício de 2018, a Arsenal do Alfeite, S.A., recorreu, enquanto entidade voluntária, ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”.

Recorreu ainda a acordos-quadro da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (ESPAP, I. P.), enquanto entidade voluntária, para aquisição de serviços de vigilância e de limpeza.

13. Medidas de redução de gastos operacionais

Segundo o artigo 55º da Lei do Orçamento do Estado para 2018, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução

RELATÓRIO E CONTAS

orçamental (Artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio). Assim, à semelhança do ano anterior, continuaram a ser implementadas e cumpridas as medidas tendentes à redução dos gastos operacionais, conforme se depreende do quadro que se segue:

PRC	Metas	Valores expressos em Euros					
		2016		2017		2016/2017	
		Execução	Orçamento	Execução	Execução	Valor Absol.	Var. %
(0) ENTADA		1.324.467,25	3.674.093,97	1.401.197,87	1.233.326,26	-2.432.662,42	-200,25%
(1) CMV\MC		1.492.516,70	1.534.652,35	1.364.412,00	1.044.750,49	129.106,50	9,39%
(2) FSE		2.336.956,50	2.870.240,57	2.443.677,36	2.021.252,33	64.259,14	3,52%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos (i), (ii), (iii) e (iv):		12.482.093,91	12.690.218,92	12.608.576,62	12.612.107,07	-176.956,71	-1,40%
(3i) Indemnizações pagas por rescisão							
(3ii) Valorizações realizadas em matérias nos termos da L.O.E. 2015		295.204,00	290.914,00				
(3iii) Impacto da reversão das reduções realizadas em matérias					142.447,56		
(3iv) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro							
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)		16.404.969,11	17.407.211,87	16.416.054,15	15.678.139,89	45.454,93	0,28%
(5) Volume de Negócios		10.712.650,99	17.901.578,00	13.996.232,96	13.754.778,31	-2.953.679,06	-21,78%
(6) Puro dos Gastos/VN = (4)/(5)		1,54	0,97	1,20	1,00		
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	Iguals ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2017	131.044,49	235.357,00	151.204,55	52.701,51	-80.620,06	-46,56%
(iii) Gastos com Ajudas de custo G.c. Pessoal	Iguals ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2017	96.933,73	109.321,47	110.443,20	17.935,99	-11.509,43	-10,47%
(iii) Gastos com as viaturas	Iguals ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2017	55.472,91	96.327,00	55.782,56	57.157,65	-3.205,95	-3,73%
Total = (i) + (ii) + (iii)		383.451,13	441.005,47	367.430,31	127.795,15	-45.439,46	-12,97%
(7) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria (trabalho)							
Número Total de RH.OS-CD-Trabalhadores		480	525	489	509	12,00	2,54%
Nº de Cargos Sociais (OS)		3	3	3	3	0,00	0,00%
Nº de Cargos de Direção (CD)		15	15	16	18	2,00	12,50%
Nº de trabalhadores (sem OS e sem CD)		459	504	474	488	-15,00	-3,27%
Nº Trabalhadores/Nº de CD		29,93	33,60	29,62	27,11	-4,13	-13,92%
Nº de laboras	Iguals ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2017	29	29	29	29	0,00	0,00%

O rácio entre os principais gastos operacionais e o volume de negócios da empresa apresenta uma evolução desfavorável. Esta evolução resulta de um decréscimo de 21,78% no volume de negócios (- 2.983,67 m€), acompanhado pelo acréscimo de 0,28% dos principais gastos operacionais (+ 45,48 M€), excluindo imparidades, provisões, depreciações/amortizações e gastos não recorrentes. O acréscimo dos gastos operacionais ficou-se a dever às iniciativas de desenvolvimento interno de novas capacidades, associadas ao programa de construção das Lanchas Salva Vidas – L150.

O aumento dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e dos gastos com fornecimentos e serviços externos, apesar das medidas de racionalização de serviços e com a contenção de custos implementada pela empresa, estão essencialmente relacionados, conforme já referido anteriormente, com a subcontratação de serviços para construção do molde em compósito das Lanchas Salva Vidas – L150, e com a incorporação de materiais e equipamentos na construção destas Lanchas.

RELATÓRIO E CONTAS

Os gastos com pessoal, depois de corrigidos dos efeitos da reversão da aplicação das normas de redução remuneratória, têm uma redução em cerca de 1,40% (- 176,88 m€).

No ano de 2018, registou-se uma diminuição de 4,52% dos gastos com comunicações relativamente ao ano de 2017.

Os gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo sofreram uma diminuição face a 2017, justificado pelo processo de formação na Alemanha, a trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., no âmbito da capacitação para reparação de submarinos da classe Tridente.

No que se refere aos gastos associados à frota automóvel, salienta-se que a Arsenal do Alfeite, S.A., já procedeu, em 2014, a uma redução muito significativa de viaturas, tendo passado de 22 contratos de aluguer operacional de viaturas (AOV) para apenas 7 contratos.

Em 2018 houve um decréscimo dos gastos com viaturas, por comparação com 2017, salientando-se sobretudo a redução das despesas com aluguer de viaturas, apesar do aumento das despesas com conservação e reparação.

	2018	2017	Varição
Conservação e reparação	13.606,02	5.682,03	7.923,99
Combustíveis	24.133,34	24.425,88	-292,54
Portagens	7.051,79	8.363,98	-1.312,19
Estacionamentos	808,40	1.126,15	-317,75
Aluguer de viaturas	35.004,16	44.232,13	-9.227,97
Seguros	4.869,20	4.952,69	-83,49
	<u>85.472,91</u>	<u>88.782,86</u>	<u>-3.309,95</u>

RELATÓRIO E CONTAS

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Esta empresa dá integral cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, tendo, concentrado todas as suas disponibilidades bancárias na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., no valor total de 8.399.225,46€. Dado não ter havido incumprimento deste princípio e respetivas regras não há lugar à entrega de rendimento na tesouraria central do Estado.

15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas não efetuou qualquer auditoria à empresa em 2018 ou nos anos anteriores.

No que respeita à submissão de contratos com valor superior a € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) à fiscalização prévia do Tribunal de Contas (tendo em conta o determinado pelo artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), salienta-se o envio do contrato celebrado com a Induma – Máquinas Industriais, Lda. para o fornecimento de quatro instalações propulsoras para equipar duas embarcações Salva-Vidas, em construção na Arsenal do Alfeite, SA, tendo sido emitido o correspondente visto em 23 de agosto de 2018.

16. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o sítio internet do setor empresarial do Estado da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro seguinte, não divulgado neste último sítio internet por a acionista da Arsenal do Alfeite, S.A., não ser diretamente o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, mas sim uma empresa pública (a Empordef, S.G.P.S., S.A., em liquidação).

RELATÓRIO E CONTAS

Informação	Divulgação		Comentários
	S/N/ N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=209
Caracterização da Empresa	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=161
Função de tutela e acionista	S	2018	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=106
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=270
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=270
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=270
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais		2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=270
Esforço Financeiro Público	NA		-
Ficha Síntese	S	2016	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=269
Informação Financeira histórica e atual	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=313
Princípios do Bom Governo			
- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=270
- Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=270
- Outras transações	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=270
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
- Económico	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=129
- Social	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=128
- Ambiental	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=130
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo		2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=270
- Código de Ética	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=109

Handwritten signatures in blue ink, including a large 'L' at the top, a signature on the left, a signature on the right, and a signature at the bottom.

Anexo II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E CONTAS

Anexo II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (INDIVIDUAL) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(Valores expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO			
<u>Ativo não corrente</u>			
Ativos fixos tangíveis	8	75.253.666,29	76.102.907,00
Ativos intangíveis	9	2.699.306,13	1.535.544,84
Participações financeiras - outros métodos	10	13.104,26	9.721,06
Ativos por impostos devidos	23	66.098,03	15.503,63
Total de ativos não correntes		78.062.174,71	77.663.676,53
<u>Ativo corrente</u>			
Inventários	12	997.647,92	618.356,77
Clientes	13	204.604,21	526.826,44
Estado e outros entes públicos	20	39.961,87	474.424,61
Outros créditos a receber	14	1.273.563,14	2.737.066,01
Diferimentos	22	38.991,97	38.710,71
Caixa e depósitos bancários	6	8.400.675,68	14.408.286,69
Total de ativos correntes		10.955.444,79	18.803.871,23
TOTAL DO ATIVO		89.017.619,50	96.467.547,76
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
<u>Capital próprio</u>			
Capital subscrito	15	32.400.000,00	32.400.000,00
Reservas legais	15	299.152,72	299.152,72
Resultados Transitados	15	-11.549.639,20	-9.621.062,36
Ajustamentos/outras var. no capital próprio	16	53.246.801,44	55.352.742,37
Resultado líquido do período		-4.453.759,72	-1.928.576,84
Total do capital próprio		69.942.555,24	76.502.255,89
<u>Passivo</u>			
<u>Passivo não corrente</u>			
Provisões	17	293.769,00	68.905,00
Outras dívidas a pagar	16	14.848.748,82	15.450.151,01
		15.142.517,82	15.519.056,01
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	18	506.448,41	760.930,41
Adiantamentos de clientes	19		
Estado e outros entes públicos	20	682.008,06	921.538,36
Outras dívidas a pagar	21	2.583.074,42	2.714.183,54
Diferimentos	22	161.015,55	49.583,55
Total de passivos correntes		3.932.546,44	4.446.235,86
TOTAL DO PASSIVO		19.075.064,26	19.965.291,87
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		89.017.619,50	96.467.547,76

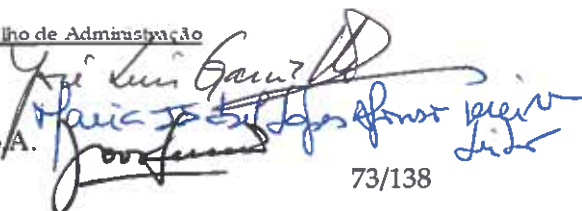
As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.



RELATÓRIO E CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em Euros)

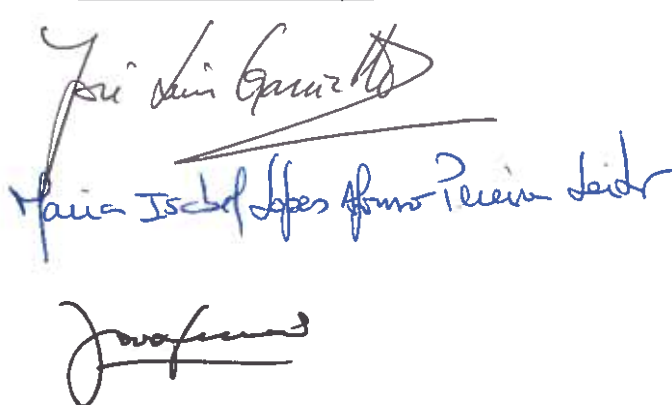
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Vendas e Serviços prestados	24	10.712.680,89	13.059.560,07
Subsídios à exploração			
Trabalhos para a própria entidade	8	2.184.081,85	1.746.500,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-1.492.516,70	-1.364.410,20
Fornecimentos e serviços externos	25	-2.539.956,50	-2.445.697,36
Gastos com pessoal	26	-12.727.359,91	-12.608.976,62
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	18.372,56	
Provisões (aumentos/reduções)	17	-224.864,00	-68.905,00
Outros rendimentos	27	2.763.711,02	2.820.893,96
Outros gastos		-18.614,46	-37.768,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.324.465,25	1.101.197,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-3.139.258,84	-3.069.464,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-4.463.724,09	-1.968.267,46
Juros e rendimentos similares obtidos	29	2.645,30	72.138,27
Juros e gastos similares suportados		-791,94	-833,90
Resultado antes de impostos		-4.461.870,73	-1.896.963,09
Imposto sobre o rendimento do período	23	8.111,01	-31.613,75
Resultado líquido do período		-4.453.759,72	-1.928.576,84

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



RELATÓRIO E CONTAS

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Subscrito	Reservas Legais	Resultados Transmitedos	Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período - 2018	15 e 16	32.400.000,00	299.152,72	-9.621.062,36	55.352.742,37	-1.928.576,84	76.502.255,89
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16				611.402,19		611.402,19
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16				-2.717.343,12		-2.717.343,12
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2017				-1.928.576,84		1.928.576,84	0,00
			0,00	-1.928.576,84	-2.105.940,93	1.928.576,84	-2.105.940,93
Resultado Líquido do Período						-4.453.799,72	-4.453.799,72
Resultado Integral							-6.559.700,65
Operações com Detentores de Capital no Período							
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período - 2018	15 e 16	32.400.000,00	299.152,72	-11.549.639,20	53.246.801,44	-4.453.799,72	69.942.555,24

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Subscrito	Reservas Legais	Resultados Transmitedos	Ajustamentos/ Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Posição no início do período - 2017	15 e 16	32.400.000,00	299.152,72	-7.738.964,98	57.489.043,40	-1.882.097,38	80.567.133,76
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16				620.216,41		620.216,41
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16				-2.756.517,44		-2.756.517,44
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2016				-1.882.097,38		1.882.097,38	0,00
			0,00	-1.882.097,38	-2.136.301,03	1.882.097,38	-2.136.301,03
Resultado Líquido do Período						-1.928.576,84	-1.928.576,84
Resultado Integral							-4.064.877,87
Operações com Detentores de Capital no Período							
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período - 2017	15 e 16	32.400.000,00	299.152,72	-9.621.062,36	55.352.742,37	-1.928.576,84	76.502.255,89

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2017

RELATÓRIO E CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
		EURO	EURO
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		13.283.853,87	11.265.874,08
Pagamentos a fornecedores		-5.875.779,90	-4.699.414,01
Pagamentos ao Pessoal		-7.187.904,59	-7.199.602,65
Caixa gerada pelas operações		220.169,38	-633.142,58
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		398.977,95	-46.683,62
Outros recebimentos/pagamentos		-6.684.659,31	-7.218.261,87
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-6.065.511,98	-7.898.088,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-904.650,68	-741.337,47
Ativos intangíveis		-637.500,00	-223.255,13
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		12.360,46	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.529.790,22	-964.592,60
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		1.590.378,58	13.073.997,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-2.687,39	-1.800,88
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1.587.691,19	13.072.196,12
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-6.007.611,01	4.209.515,45
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.408.286,69	10.198.771,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6	8.400.675,68	14.408.286,69

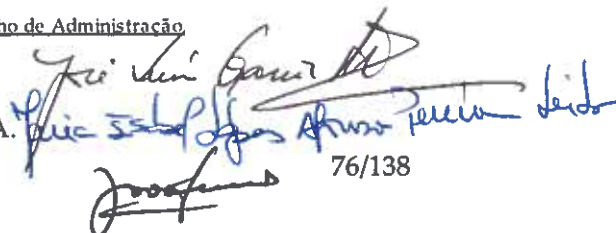
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa
do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.



RELATÓRIO E CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
		EURO	EURO
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		13.253.533,57	11.265.574,08
Pagamentos a fornecedores		-3.573.779,90	-4.699.414,01
Pagamentos ao Pessoal		-7.157.904,39	-7.199.602,65
Caixa gerada pelas operações		220.169,38	-633.142,58
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		396.977,95	-46.653,62
Outros recebimentos/pagamentos		-6.684.639,31	-7.218.261,57
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-6.065.511,98	-7.596.088,07
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-904.650,68	-741.337,47
Ativos intangíveis		-637.300,00	-223.255,13
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		12.360,46	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.529.790,22	-964.592,60
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		1.590.375,58	13.073.997,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-2.687,39	-1.800,58
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1.587.691,19	13.072.196,12
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-6.007.611,01	4.209.515,45
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		14.408.286,69	10.198.771,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6	8.400.675,68	14.408.286,69

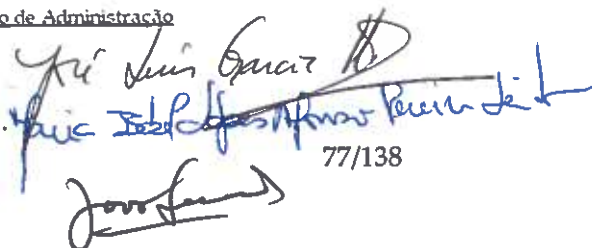
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa
do período findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.



77/138

Handwritten signature and stamp in blue ink, located in the top right corner of the page.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1. Nota Introdutória

A Arsenal do Alfeite, S.A. (“AA,S.A.” ou “Empresa”) com sede no Alfeite, Almada, iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2009, tendo por objeto principal a prestação de serviços que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objetivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

Pode ainda desenvolver para clientes nacionais e estrangeiros, militares e civis, outras atividades relacionadas com o seu objeto, nomeadamente: produção, manutenção e reparação de bens, execução de trabalhos e prestação de serviços de engenharia e serviços de natureza industrial, prestação de serviços de gestão de infraestruturas industriais, de serviços administrativos e complementares e auxiliares da atividade industrial. Pode, igualmente, desenvolver o comércio e indústria de bens e tecnologias militares, bem como constituir, adquirir ou participar no capital de sociedades cujo objeto esteja, direta ou indiretamente, relacionado com o seu, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado.

O Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, constituiu a Arsenal do Alfeite, S.A., com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, a qual integra o *cluster* naval da EMPORDEF, S.G.P.S., S.A., em liquidação, *holding* das indústrias de defesa portuguesas cuja atividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas direta ou indiretamente às atividades de defesa, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à Arsenal do Alfeite, S.A., a concessão de serviço público objeto da respetiva constituição, que integra a

RELATÓRIO E CONTAS

concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro do Arsenal do Alfeite, sito na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, Laranjeiro, concelho de Almada. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, concelho do Seixal, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval de Lisboa, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A., integram a concessão os bens móveis e imóveis afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- ❖ As infraestruturas relativas à exploração da atividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes elétricas, telefónicas, de sinal em fibra ótica e de fluidos (Anexo III do contrato de concessão);
- ❖ Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas (Anexo IV do contrato de concessão);
- ❖ Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração da atividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de setembro de 2009.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, na sua redação atual

RELATÓRIO E CONTAS

decorrente do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e seguindo os modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC aprovados pela Portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC.

Como referido o SNC foi alterado em 2015, com aplicação ao período iniciado em 1 de janeiro de 2016, mas tal não originou efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

Salienta-se que, apesar das demonstrações financeiras apresentadas terem por base o SNC, no exercício de 2018 a Arsenal do Alfeite, S.A. trabalhou simultaneamente em SNC e SNC-AP, utilizando os dois Planos de contas em paralelo, com recurso ao *software* de contabilidade desenvolvido internamente na empresa.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo.

Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis* e (iii) *bens próprios*.

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a mantê-los

RELATÓRIO E CONTAS

em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização, para o Estado Português.

Estes ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela Arsenal do Alfeite, S.A., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da atividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como bens reversíveis, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os bens reversíveis e os bens próprios encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

RELATÓRIO E CONTAS

Anos de vida útil	
<u>Bens Concessionados</u>	
Edifícios e outras construções	5 - 30
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Ferramentas e utensílios	2 - 25
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros ativos fixos	4 - 30

Anos de vida útil	
<u>Bens Próprios e Bens Reversíveis</u>	
Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos	1 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são

RELATÓRIO E CONTAS

depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, é registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2 Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis dos vários ativos intangíveis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

3.3 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

RELATÓRIO E CONTAS



As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

3.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um ativo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas.

Os ativos são subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efetuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

3.5 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

RELATÓRIO E CONTAS

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os créditos a receber encontram-se registados pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras dívidas a pagar são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua atividade.

RELATÓRIO E CONTAS

Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

3.7 Imparidade de ativos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas por imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- ❖ A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;

RELATÓRIO E CONTAS

- ❖ Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- ❖ Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

3.9 Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de ativos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ajustado do imposto que lhe está associado.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.



3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas na data de relato.



3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- ❖ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- ❖ A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ❖ A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre

RELATÓRIO E CONTAS

as horas homem (Hh) imputados e Hh estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas “Outros ativos correntes” ou “Outros passivos correntes”.

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto e é objeto das correspondentes provisões.

As variações nos trabalhos contratados são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12 Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos tangíveis e intangíveis, durante a sua fase de construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

RELATÓRIO E CONTAS



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

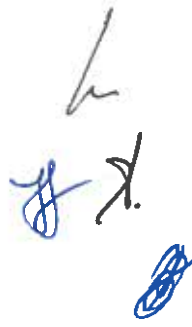
As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(iii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os ativos

RELATÓRIO E CONTAS

por impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.



3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15 Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. Políticas de Gestão de Risco Financeiro

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

4.1. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da

RELATÓRIO E CONTAS

contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão referidos na Nota 13.

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 13.

4.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

RELATÓRIO E CONTAS

- ❖ Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- ❖ Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- ❖ Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas nem foram identificados quaisquer erros relativamente a períodos anteriores.

O SNC aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, na sua redação atual decorrente do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e seguindo os modelos de demonstrações financeiras aprovados pela Portaria nº 220/2015, de 24 de julho, foi alterado em 2015, com aplicação ao período iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual não originou efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade.

Conforme referido anteriormente, as demonstrações financeiras encontram-se em SNC, apesar de a empresa em 2018 ter trabalhado simultaneamente em SNC e SNC-AP.

6. Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

	2018	2017
Numerário	1.450,52	4.785,50
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8.299.225,46	14.303.501,19
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – IGCP- responsabilidade ambiental	100.000,00	100.000,00
Aplicações de Tesouraria	-	-
	<u>8.400.675,68</u>	<u>14.408.286,69</u>

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E. P. E..

Para cumprimento do Artigo 22º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, na sua redação atual decorrente do Decreto-Lei nº 13/2016, de 9 de março, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e determina a constituição obrigatória de uma garantia financeira própria e autónoma. Foi constituído no exercício de 2015 um fundo próprio, no montante de 100.000 €.

7. Partes Relacionadas

Relacionamentos com a empresa mãe / transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., em liquidação.

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2018 e de 2017 podem ser detalhados como segue:

RELATÓRIO E CONTAS

2018					
Entidade	Contas a receber correntes (nota 13)	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos/ Equip. adquiridos	Serviços prestados	Juros debitados (Nota 29)
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., em liquidação	-	172,20	5.947,20	-	2.645,30
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em liquidação	-	-	90.000,00	3.300,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	1.542,42	-	-	30.764,50	-
Navalrocha – Soc. de Construção e Reparação Navais, S.A.	-	-	26.990,30	-	-
	<u>1.542,42</u>	<u>172,20</u>	<u>122.937,50</u>	<u>34.064,50</u>	<u>2.645,30</u>

2017					
Entidade	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados (Nota 29)
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., em liquidação	1.601.015,23	-	-	-	72.138,27
EMPORDEF-Engenharia Naval, S.A.	-	-	-	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em liquidação	18.372,56	47.417,73	38.551,00	-	-
idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S. A.	-	-	-	-	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	-	-	-	26.254,00	-
	<u>1.632.848,91</u>	<u>47.417,73</u>	<u>38.551,00</u>	<u>26.254,00</u>	<u>72.138,27</u>

RELATÓRIO E CONTAS

Remuneração do pessoal chave de gestão

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2015-2017	Presidente	Andreia Daniela Pereira	DUE	24.04.2015
		Fernandes Ventura de Brito		
		Bogas		
2015-2017	Vogal	Miguel Fernando Costa da Silva	DUE	24.04.2015
		Pereira		
2015-2017	Vogal	Rui Manuel Rapaz Lérias	DUE	24.04.2015
2018-2020	Presidente	José Luis Garcia Belo	DUE	28.02.2018
2018-2020	Vogal	Maria Isabel Lopes Afonso	DUE	02.04.2018
		Pereira Leitão		
2018-2020	Vogal	João Carlos Caldeira Gonçalves	DUE	26.11.2018

Remuneração anual 2018 (€)						
Membro do Órgão de Administração	Fixa (*)	Variável	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas	23.986,99	-	23.986,99	-1.199,34	0,00	22.787,65
Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	20.298,35	-	20.298,35	-1.014,92	0,00	19.283,43
Rui Manuel Rapaz Lérias	17.864,19	-	17.864,19	-893,22	0,00	16.970,97
José Luís Garcia Belo	73.251,20	-	73.251,20	-3.662,52	0,00	69.588,68
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	51.371,24	-	51.371,24	-2.568,56	0,00	48.802,68
João Carlos Caldeira Gonçalves	5.811,26	-	5.811,26	-290,57	0,00	5.520,69
	198.583,23	-	198.583,23	-9.629,13	0,00	182.954,10

RELATÓRIO E CONTAS

8. Ativos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2018	Terreno e	Edifícios e	Equipamento	Equipamento	Equipamento	Outros	Ativos	
	Recursos Naturais	Outras Construções	Baseiro	Transporte	Administrativo	Ativos Tangíveis	F. Tangíveis em Curso	Total
Ativo Bruto								
Saldo inicial	17.747.062,44	52.765.423,45	18.222.882,00	561.705,53	2.636.940,88	9.928.990,09	134.721,81	103.177.726,20
Aquisições/Modificações	0,00	0,00	251.709,69	265,85	28.773,14	71.231,50	1.900.917,81	2.252.897,99
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	-593,49	0,00	0,00	-593,49
Transferências/Abates	0,00	502.084,90	357.422,02	0,00	0,00	2.369,94	-86.187,86	0,00
Saldo final	17.747.062,44	53.267.508,35	18.832.033,71	561.971,38	2.665.120,53	10.002.591,53	2.353.762,76	105.430.030,70
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	1.767.408,67	10.551.775,05	8.765.022,22	349.88,50	1.808.026,40	3.833.428,36	0,00	27.074.819,20
Depreciações/Reversões	20.500,08	136.137,07	1.065.658,82	26.88,39	164.333,86	433.902,43	0,00	3.071.924,25
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	-379,04	0,00	0,00	-379,04
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.787.908,75	11.648.112,12	9.830.681,04	375.336,89	1.971.961,22	4.267.330,79	0,00	30.663.360,81
Ativos Líquidos	15.959.153,69	41.619.396,23	9.001.352,67	186.634,49	693.159,31	5.735.260,74	2.353.762,76	75.281.669,89

2017	Terreno e	Edifícios e	Equipamento	Equipamento	Equipamento	Outros	Ativos	
	Recursos Naturais	Outras Construções	Baseiro	Transporte	Administrativo	Ativos Tangíveis	F. Tangíveis em Curso	Total
Ativo Bruto								
Saldo inicial	17.747.062,44	52.280.146,37	18.054.102,28	561.705,53	2.610.293,63	9.899.395,56	747.396,69	101.900.102,50
Aquisições/Modificações	0,00	0,00	96.366,33	0,00	22.691,49	29.594,53	1.028.961,35	1.277.613,70
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	485.277,08	72.403,39	0,00	3.955,76	0,00	-56.163,23	0,00
Saldo final	17.747.062,44	52.765.423,45	18.222.882,00	561.705,53	2.636.940,88	9.928.990,09	134.721,81	103.177.726,20
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	1.766.908,59	9.218.715,88	7.700.603,29	38.672,89	1.638.463,02	3.389.479,74	0,00	24.007.842,71
Depreciações/Reversões	20.500,08	133.859,87	1.064.420,93	30.485,61	169.563,38	443.948,62	0,00	3.066.976,49
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	1.767.408,67	10.551.775,05	8.765.022,22	349.88,50	1.808.026,40	3.833.428,36	0,00	27.074.819,20
Ativos Líquidos	15.979.653,77	42.213.648,40	9.457.859,78	212.547,03	828.914,48	6.095.561,73	134.721,81	76.102.907,00

No exercício de 2018, os movimentos registrados na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

RELATÓRIO E CONTAS



Descrição	Saldo Inicial		Aumentos do ano (a)	Transferência para Ativos Fijos	Saldo Final
	Inicial	Transf. para Ativos Fijos em curso			
Aquisições de M.T. (Móveis de este, Ar Naves Industriais e Equipa Ferramentas)	160 980,39	0,00	49 806,43	-2 369,94	208 416,88
Reparação de carros e plataformas do P.T. n.º 1	77 103,44	0,00	2 379,30	0,00	79 482,74
Manufatura de 2 carros de alagem do P.T. n.º 1	129 910,73	0,00	115,82	-130 056,55	0,00
Reparação de eixos acastelados na zona da caldeirama	307 278,40	0,00	1 675,51	-308 953,91	0,00
Processo de construção da nova ponte eixos	157 706,33	0,00	0,00	0,00	157 706,33
Preparação e montagem de becos dos submarinos - C1	4 769,41	0,00	0,00	-4 769,41	0,00
Ampliação da doca seca da AASA	134 875,74	0,00	0,00	0,00	134 875,74
Estudo e abitação estrutural em concreto - fornecimento de energia de terra aos submarinos	13 493,39	0,00	0,00	0,00	13 493,39
Manufatura de 2 carros de alagem p/ P.T. n.º 1	30 080,53	0,00	0,00	-30 080,53	0,00
Remediação do ofício da SVCA	15 642,43	0,00	0,00	-15 642,43	0,00
Reparação do Motor da Grua Grove n.º 1	0,00	0,00	35 507,38	-35 507,38	0,00
Dragagem do canal de acesso de manobra da Doca Seca da AASA	0,00	0,00	364 933,13	0,00	364 933,13
Doca Flutuante - material p/ revisão geral	0,00	0,00	8 215,76	0,00	8 215,76
Revisão geral da Doca Flutuante	0,00	0,00	594 039,49	0,00	594 039,49
Revisão geral dos dois cabrestantes da Doca Seca (elevado estado de corrosão e perdas de óleo)	0,00	0,00	86 803,94	0,00	86 803,94
Reparação e montagem das garras do pavão este n.º B	0,00	0,00	14 529,30	0,00	14 529,30
Reparação e intervenção global na ponte magnética da Caldeirama Naval	0,00	0,00	18 784,46	0,00	18 784,46
Reparação das coberturas dos guilhões dos carros do P.T. n.º 1	0,00	0,00	29 019,58	0,00	29 019,58
Sistema de recálculo de águas residuais industriais da Doca Seca	0,00	0,00	12 350,52	0,00	12 350,52
Reparação da grua hidráulica da Doca Flutuante	0,00	0,00	3 587,75	0,00	3 587,75
Construção do Molde em Compostos Lanchas S/V - L50	282 881,02	0,00	39 033,62	-321 914,64	0,00
Adaptação, beneficiação e tratamento dos tanques para separação de águas no parque de resíduos da Manufatura de mesas de elevação para bocacentros e guilhões, contêdors - parque de Colaboração na manufatura de mesas de elevação para resíduos perigosos - parque de resíduos da Produção de Molde - Apoio à produção do L50 SV - Alterações ao projeto após Revisão DN	0,00	0,00	4 233,30	0,00	4 233,30
Criação de zona fechada e coberta para balladora FRG e FER - nave da Caldeirama Naval	0,00	0,00	19 310,32	0,00	19 310,32
Construção e aquisição de "Jigs and Tools" - ferramentas para capacitação na manutenção de	0,00	0,00	134 540,15	0,00	134 540,15
Construção e aquisição de equipamentos e material - equipamentos para capacitação na manutenção de	0,00	0,00	286 959,84	0,00	286 959,84
Ferramenta n.º 09 - suporte da Manle Superior do Lente Vertical - "Jigs and Tools" - ferramentas para	0,00	0,00	3 404,48	0,00	3 404,48
Construção e aquisição de material de serviços para mastro SNORRE - ferramentas para	0,00	0,00	1 843,32	0,00	1 843,32
Centro Logístico de Apoio (Reconversão do Armazém) e aquisição para a reparação de	0,00	0,00	21 002,10	0,00	21 002,10
Manufatura de 18 suportes em aço	0,00	0,00	20 755,35	0,00	20 755,35
Ferramenta n.º 123 - manufatura de flanges (+600) para flangeamentos, manufatura de Equipa	0,00	0,00	42 602,95	0,00	42 602,95
Alterações e remodelação da secção de garras para submarinos - reconversão no âmbito da Manufatura e montagem de balizas para a segurança na Doca Flutuante - revisão geral da Doca	0,00	0,00	12 582,07	-12 582,07	0,00
Modernização do Comando e Controlo da Ponte Rolante Magnética	0,00	0,00	14 462,24	0,00	14 462,24
Manufatura de 40 peças em madeira de pinho para reconstrução do beco da Doca Flutuante - revisão	0,00	0,00	2 044,40	0,00	2 044,40
TOTAL	134 721,81	0,00	1 900 917,81	-861 876,86	2 353 762,76

a) Inclui trabalhos para a própria entidade no montante de 1.469.335,07€.

RELATÓRIO E CONTAS

Em 2018 foram realizados diversos trabalhos internos, nomeadamente, a reparação e beneficiação da Doca Flutuante, a dragagem do canal e da bacia de manobra da Doca Seca, a beneficiação de diversas infraestruturas, a manufatura dos moldes para a construção das Lanchas Salva Vidas L150 em materiais compósitos e construção de “Jigs and Tools” para capacitação na manutenção de submarinos.

As depreciações do período, no montante de 3.071.924,25€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2018 os ativos fixos tangíveis brutos, apresentavam a seguinte composição:

2018	Terras e Recursos	Edifícios e Outras	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos F. Tangíveis em Curso	Total
	Naturais	Construções						
Ativo Bruto								
Bens Concessivos	15 899 362,00	49 390 143,70	17 206 463,25	498 821,70	2 241 272,81	9 784 263,98	0,00	95 020 327,44
Bens Reversivos	1847 700,44	3 877 364,65	1600 322,07	29 988,60	345 786,89	196 687,62	2 353 762,76	10 251 62,33
Bens Proprios	0,00	0,00	25 228,39	33 161,08	78 061,53	2 163 993	0,00	158 090,93
	17 747 062,44	53 267 508,35	18 832 013,71	56 197,38	2 665 120,23	10 002 591,53	2 353 762,76	105 430 030,70
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Bens Concessivos	0,00	11069 537,47	9 177 940,17	3 12 447,51	1604 024,68	4 150 827,35	0,00	26 314 777,8
Bens Reversivos	1787 908,75	843 608,25	627 635,77	29 728,30	296 180,93	94 863,51	0,00	3 679 855,51
Bens Proprios	0,00	0,00	25 105,10	33 161,08	71 825,61	2 163 993	0,00	15173 172
	1787 908,75	119 135,72	9 830 681,04	375 336,89	197196 122	4 267 330,79	0,00	30 146 364,41
Ativos Líquidos	15 959 153,69	41354 262,63	9 001332,67	16 634,49	693 189,31	5 735 260,74	2 353 762,76	75 283 666,29

2017	Terras e Recursos	Edifícios e Outras	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos F. Tangíveis em Curso	Total
	Naturais	Construções						
Ativo Bruto								
Bens Concessivos	15 899 362,00	49 390 143,70	17 206 463,25	498 821,70	2 241 272,81	9 784 263,98	0,00	95 020 327,44
Bens Reversivos	1847 700,44	3 375 279,75	991 190,36	29 722,75	317 179,25	123 086,88	1 314 721,81	7 998 880,54
Bens Proprios	0,00	0,00	25 228,39	33 161,08	78 488,82	2 163 993	0,00	158 518,22
	17 747 062,44	52 765 423,45	18 222 882,00	56 1705,53	2 636 940,88	9 928 990,09	1 314 721,81	103 177 726,20
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Bens Concessivos	0,00	9 883 613,35	8 220 109,29	286 274,67	1 470 537,58	3 736 899,17	0,00	23 597 434,06
Bens Reversivos	1767 408,67	668 161,70	520 022,61	29 722,75	270 418,01	74 889,26	0,00	3 330 623,00
Bens Proprios	0,00	0,00	24 890,32	33 161,08	67 070,81	2 163 993	0,00	146 762,14
	1767 408,67	10 551 775,05	8 765 022,22	349 158,50	1 808 026,40	3 833 428,36	0,00	27 074 819,20
Ativos Líquidos	15 979 653,77	42 213 648,40	9 457 859,78	22 547,03	828 944,48	6 095 561,73	1 314 721,81	76 102 907,00

RELATÓRIO E CONTAS

Os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros Ativos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	-	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	-	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44

9. Ativos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2018	Projetos Desenvolvimento	Programas Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos Intangíveis em Curso	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	0,00	89.253,31	0,00	0,00	1528.481,50	1617.734,81
Aquisições	0,00	8.370,35	0,00	0,00	1222.725,53	1231.095,88
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Abates	693.847,76	0,00	1761.122,40	0,00	-2.454.970,16	0,00
Saldo final	693.847,76	97.623,66	1761.122,40	0,00	296.236,87	2.848.830,69
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade						
Saldo inicial	0,00	82.89,97	0,00	0,00	0,00	82.89,97
Depreciações do exercício	14.55,16	3.964,26	48.915,17	0,00	0,00	67.334,59
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	14.55,16	86.854,23	48.915,17	0,00	0,00	149.524,56
Ativos Líquidos	679.392,60	10.769,43	1712.207,23	0,00	296.236,87	2.699.306,13

RELATÓRIO E CONTAS

2017	Programas	Outros	Ativos	Total
	Computador	Ativos Intangíveis	Intangíveis em Curso	
Ativo Bruto				
Saldo inicial	80.509,30	0,00	0,00	80.509,30
Aquisições	8.744,01	0,00	1.528.481,50	1.537.225,51
Alienções	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	89.253,31	0,00	1.528.481,50	1.617.734,81
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade				
Saldo inicial	79.701,63	0,00	0,00	79.701,63
Depreciações do exercício	2.488,34	0,00	0,00	2.488,34
Alienções	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	82.189,97	0,00	0,00	82.189,97
Ativos Líquidos	7.063,34	0,00	1.528.481,50	1.535.544,84

No exercício de 2018, os movimentos registados na rubrica "Ativos Intangíveis em Curso", foram os seguintes:

Descrição	Saldo Inicial		Aumentos do ano a)	Transferência para Ativos Fijos	Saldo Final
	Inicial	Transf. para Ativos Fijos em curso			
Formação a Trabalho AASV para reparação dos NRP CI Tridente	933.039,15	0,00	828.083,25	-1.761.822,40	0,00
Desenvolvimento do Projeto das Lanchas SAV-1150	595.442,35	0,00	98.405,41	-693.847,76	0,00
Projeto Construção L150SV-Alerta/evac. do Projeto após Revisão DN	0,00	0,00	238.258,12	0,00	238.258,12
Desenvolvimento de Projeto de SADI (instalação de emergência) nos edifícios tipo B (edifícios)	0,00	0,00	57.978,75	0,00	57.978,75
TOTAL	1.528.481,50	0,00	1.222.725,53	-2.454.970,16	296.236,87

a) Inclui trabalhos para a própria entidade no montante de 714.746,78€.

Em 2018 foram realizados investimentos na formação a trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A. (capacitação para reparação dos submarinos da classe Tridente), e o desenvolvimento do projeto da construção das Lanchas Salva Vidas L150 em materiais compósitos.

RELATÓRIO E CONTAS

As amortizações do período, no montante de 67.334,59€, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 28).

10. Participações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Empresa tinha as seguintes participações financeiras:

	2018	2017
Relacre - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal	500,00	500,00
Fundo de Compensação do Trabalho	12.604,26	9.221,06
	13.104,26	9.721,06

11. Locações

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de dezembro de 2018, as responsabilidades futuras ascendem a 11.778,37€, repartidas da seguinte forma por anos:

Rendas Vincendas	2020	2019
	Finlog- Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. - 4 contratos	-
	-	11.778,37

RELATÓRIO E CONTAS

No exercício de 2018 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 34.062,34€ (44.232,13€ em 2017).

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, os inventários da Empresa estavam valorizados conforme se segue:

	2018	2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	836.274,83	510.762,77
Material em trânsito	107.488,09	24,00
Adiantamentos por conta de compras	53.885,00	107.770,00
	997.647,92	618.556,77

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 detalha-se conforme se segue:

	2018		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	510.786,77	510.786,77
Compras	-	1.930.657,51	1.930.657,51
Regularização de existências	-	-5.164,66	-5.164,66
Existências finais	-	943.762,92	943.762,92
Custo do Exercício	-	1.492.516,70	1.492.516,70

RELATÓRIO E CONTAS

2017			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	365.452,54	365.452,54
Compras	-	1.500.292,50	1.500.292,50
Regularização de existências	-	9,451,93	9,451,93
Existências finais	-	510.786,77	510.786,77
Custo do Exercício	-	1.364.410,20	1.364.410,20

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2018	2017
Clientes	567.005,38	877.308,91
Clientes do Grupo (Nota 7)	1.542,42	31.833,68
Perdas por Imparidade	-363.943,59	-382.316,15
	204.604,21	526.826,44

A rubrica de "Clientes" apresenta o seguinte detalhe:

	2018	2017
Marinha, através da Direção de Navios (Estado Português)	27.639,65	257.521,86
Sonaservice - Société Navale de Service	-	108.641,24
Batistas - Reciclagem de Sucatas, S.A.	26.680,70	
RSA - Reciclagem Sucatas Abrantinas	17.830,04	
ThyssenKrupp Marine Systems GmbH	94.005,00	81.653,76
Clientes de cobrança duvidosa	363.943,59	363.943,59
Outros	36.906,40	65.548,46
	567.005,38	877.308,91

RELATÓRIO E CONTAS

Durante o ano de 2018 a rubrica de perdas por imparidade teve as seguintes alterações:

2018				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA, em liquidação	18.372,56	-	18.372,56	0,00
Naveiro - Transportes Marítimos, S.A.	324.841,62	-	-	324.841,62
O2 - Tratamento e Limpezas	745,50	-	-	745,50
Geosolve, Soluções de Engenharia, Geotecnia e Topografia, Ld.ª	1.103,31	-	-	1.103,31
Fiutak Technologies GmbH	37.253,16	-	-	37.253,16
	382.316,15	-	-	363.943,59

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido em "Imparidade de Dívidas a Receber" na Demonstração dos Resultados" foi o seguinte:

	2018	2017
Imparidade - dívidas a receber - reversão	18.372,56	-

14. Outros Créditos a Receber

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Outros Créditos a Receber" apresenta a seguinte composição:

RELATÓRIO E CONTAS

	2018	2017
<u>Outros Créditos a Receber</u>		
Acionistas (Nota 7)	-	1.601.015,23
Pessoal	1.571,04	3.588,89
Prestações de serviços em curso (Nota 30)	1.268.702,00	1.130.502,08
Outros	3.344,10	1.959,81
	1.273.563,14	2.737.066,01

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica "Acionista" tinha a seguinte composição:

	2018	2017
Capital		1.387.179,91
Capital		200.000,00
Juros - vencidos em 2017 (Nota 29)		13.835,32
	-	1.601.015,23

A variação registada, face ao ano anterior, deve-se à amortização da totalidade da dívida pela Empordef — Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., em liquidação, nomeadamente 1.601.015,23€, sendo 1.587.179,91€ referentes a capital e 13.835,32€ respeitantes a juros. Foram reconhecidos juros contratuais referentes ao exercício de 2018 no montante de 2.645,30€, os quais foram pagos pela Empordef.

No dia 16 de março de 2012 foi celebrado um contrato de mútuo entre a Arsenal do Alfeite, S.A., e a Empordef — Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., em liquidação, no qual, a primeira concedeu à segunda, que aceitou, um empréstimo no valor de 200.000€, pelo prazo de seis meses e automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses, tendo-se celebrado novo contrato de mútuo no dia 10 de janeiro de 2013. Os contraentes acordaram que em cumprimento das competentes

RELATÓRIO E CONTAS

deliberações unânimes por escrito, a primeira concedeu à segunda, que aceitou, os seguintes empréstimos:

Data de Deliberação Unânime	Capital Inicial	Liquidação em 25 fev. 2011	Liquidação em 15 set. 2015	Liquidação em 01. out. 2015	Liquidação em 18 jan. 2017	Liquidação em 05 dez. 2017	Liquidação em 01. fev. 2018	Saldo a 31-dez-2018
Capital								
22 de junho de 2010	3 000 000,00		-3 000 000,00					0,00
29 de outubro de 2012	1 000 000,00		-204 662,66	-795 337,34				0,00
10 de novembro de 2010	3 000 000,00			0,00	-3 000 000,00			0,00
24 de novembro de 2010	1 500 000,00			0,00	-1 500 000,00			0,00
15 de dezembro de 2010	2 500 000,00			0,00	-2 500 000,00			0,00
16 de dezembro de 2010	4 500 000,00			0,00	-3 000 000,00	-1 500 000,00	0	0,00
26 de janeiro de 2011	1 500 000,00			0,00		-170 053,44	-1 329 946,56	0,00
26 de janeiro de 2011	1 000 000,00	-936 938,33		-5 828,32			-57 233,35	0,00
	18 000 000,00	-936 938,33	-3 204 662,66	-801 165,66	-10 000 000,00	-1 670 053,44	-1 387 179,91	0,00

Os empréstimos venceram juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazos obtidos pela Arsenal do Alfeite, S.A..

15. Composição do Capital Subscrito, Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de dezembro de 2018 o capital da Empresa era composto por 6.480.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., em liquidação. No exercício de 2009 foi realizada em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

Em conformidade com o Artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital.

RELATÓRIO E CONTAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2018	2017
Saldo inicial	299.152,72	299.152,72
Aplicação do resultado líquido	-	-
Saldo final	299.152,72	299.152,72

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2018	2017
Saldo inicial	-9.621.062,36	-7.738.964,98
Aplicação do resultado líquido	-1.928.576,84	-1.882.097,38
Saldo final	-11.549.639,20	-9.621.062,36

Conforme decisão da Assembleia Geral do dia 28 de março de 2018 foi aplicado em resultado transitado o total do resultado líquido de 2017 (-1.928.576,84€).

16. Outras Variações de Capital Próprio

De acordo com o Esclarecimento nº 13 da Comissão de Normalização Contabilística de abril de 2013, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis depreciados devem ser reconhecidos nos capitais próprios ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação.

Desta forma, a rubrica “Outras variações no capital próprio” reflete a quantia do subsídio não monetário deduzido do respetivo imposto e as rubricas “outras contas a pagar” (passivos não correntes e passivos correntes) passam a refletir o referido imposto.

RELATÓRIO E CONTAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a informação relativa ao subsídio obtido do Governo era como segue:

	31/12/2017	Rédito do ano	Ajustamento ano	31/12/2018
Capital próprio				
Outras variações no capital próprio				
Subsídios não monetários	71.422.893,38	-2.717.343,12		68.705.550,26
Ajustamentos em subsídios	-16.070.151,01		611.402,19	-15.458.748,82
	55.352.742,37	-2.717.343,12	611.402,19	53.246.801,44
Passivos não correntes				
Outras dívidas a pagar				
Ajustamentos em subsídios	15.450.151,01	-	-601.402,19	14.848.748,82
	15.450.151,01	-	-601.402,19	14.848.748,82
Passivos correntes				
Outras dívidas a pagar				
Ajustamentos em subsídios (Nota 21)	620.000,00	-	-10.000,00	610.000,00
Total de passivos correntes	620.000,00	-	-10.000,00	610.000,00

No exercício de 2018 o rédito reconhecido no período ascendeu a 2.717.343,12€ (Nota 27).

17. Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, as provisões constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

RELATÓRIO E CONTAS

2018				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Perda esperada em contratos de prestação de serviços	68.905,00	293.769,00	68.905,00	293.769,00
	68.905,00	293.769,00	68.905,00	293.769,00

2017				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Perda esperada em contratos de prestação de serviços	-	68.905,00	-	68.905,00
	-	68.905,00	-	68.905,00

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2018 no montante de 293.769,00€, corresponde à perda esperada em três contratos de prestação de serviços. O valor apresentado resulta das seguintes estimativas:

	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2019
Rédito dos Contratos	4.664.507	3.401.662	1.262.845
Gastos do Contratos	-5.381.901	-3.825.287	-1.556.614
Resultado (Nota 30)	-717.394	-423.625	-293.769

18. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, tal como em 2017, esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

RELATÓRIO E CONTAS

O prazo médio de pagamentos a fornecedores, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, de acordo com o Despacho nº 9870/2009, de 6 de Abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 13 de Abril, diminuiu em 2018, relativamente a 2017, conforme quadro seguinte:

PMP	2018	2017	Variação	
			Valor	%
Prazo (dias)	60,53	75,01	-14,48	-19,30

19. Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Adiantamentos de Clientes” não apresentava qualquer valor por regularizar.

20. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

	2018		2017	
	ativo	passivo	ativo	passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	39.455,11	-	474.424,61	-
Retenção do IRS	-	116.160,00	-	109.984,00
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	324.824,36	-	573.204,11
CGA - Caixa geral de aposentações	-	197.460,81	-	198.597,55
ADSE	506,76	-	-	-
Segurança social	-	43.228,41	-	39.455,42
Fundos de Compensação	-	334,48	-	297,28
	39.961,87	682.008,06	474.424,61	921.538,36

RELATÓRIO E CONTAS

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2018	
	ativo	passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 23)	-	42.483,39
Pagamento especial por conta	75.446,66	-
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	6.491,84	-
	81.938,50	42.483,39
IRC	39.455,11	

A rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado”, comparativamente ao ano anterior, registou uma diminuição motivada, essencialmente, pelo decréscimo da faturação da Empresa nos meses de novembro e dezembro, face a 2017. A rubrica “IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas”, teve uma diminuição significativa face a 2017, em consequência do recebimento dos juros (1.868.341,56€) relativos a uma parte significativa do capital em dívida por parte da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., em liquidação, juros estes, que estão sujeitos a retenção na fonte de IRC.

21. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Outras Dívidas a Pagar” (referente aos passivos correntes), apresentava a composição constante da tabela infra.

Os passivos não correntes encontram-se mencionados na nota 16.

RELATÓRIO E CONTAS

L
 JF
 A


	2018	2017
<u>Outras Dívidas a Pagar</u>		
Fornecedores de Investimento	79.990,32	232.448,11
Remunerações a liquidar a)	1.603.600,00	1.564.800,00
Renda - contrato de concessão b)	53.563,40	65.297,80
Outros acréscimos e gastos c)	207.349,44	207.499,36
Outros devedores e credores d)	638.571,26	644.138,27
	2.583.074,42	2.714.183,54

- a) Inclui os gastos com férias e subsídio de férias referentes ao exercício de 2018 a liquidar em 2019.
- b) Inclui o gasto do exercício de 2018 referente à renda da concessão a pagar no ano de 2019 ao Estado Português de acordo com a Cláusula 18.ª do contrato de concessão.
- c) Inclui essencialmente os gastos com ADSE referentes ao 3º trimestre de 2013 (75.000,00€), gastos com eletricidade (22.459,72€), gastos com a Revisão Legal de Contas (16.200,00€) e gastos com subcontratos (61.298,20€) referentes ao exercício de 2018 mas faturados em 2019.
- d) A rubrica "Outros devedores e credores" inclui:

	2018	2017
Outros devedores e credores		
Ajustamentos em subsídios (Nota 16)	610.000,00	620.000,00
Outros	28.571,26	24.138,27
	638.571,26	644.138,27

O ajustamento do subsídio (610.000,00€) classificado como passivo corrente diz respeito ao imposto associado ao valor do subsídio a reconhecer como rédito no ano seguinte.

RELATÓRIO E CONTAS

22. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
<u>Diferimentos ativos</u>		
Seguros	-	-
Outros gastos a reconhecer	38.991,97	38.710,71
	<u>38.991,97</u>	<u>38.710,71</u>
<u>Diferimentos passivos</u>		
Rendimentos a reconhecer (Nota 30)	147.025,00	48.793,00
Outros rendimentos diferidos	13.990,55	790,55
	<u>161.051,55</u>	<u>49.583,55</u>

23. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa de 21% sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais. Constituem base para o cálculo de imposto diferido, os ajustamentos sobre dívidas a receber e provisões não aceites fiscalmente.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

RELATÓRIO E CONTAS

	2018	2017
Resultado antes de imposto	-4.461.870,73	-1.896.963,09
Dedução de prejuízos fiscais	-	-
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	-	-
Derrama - 1,5%	-	-
Derrama estadual	-	-
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporárias - perdas por imparidade	-50.594,40	-15.503,63
Ajustamentos à coleta - tributação autónoma	42.483,39	47.117,38
Outras	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	-8.111,01	31.613,75
Taxa efetiva de imposto	-0,18%	1,67%

IMPOSTO	2018	2017
Imposto corrente do exercício	42.483,39	47.117,38
Imposto diferido gerado no exercício	-50.594,40	-15.503,63
	-8.111,01	31.613,75

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

RELATÓRIO E CONTAS

Descrição		Valor	Utilização	Valor	Ano máximo de dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2016	a)	1.910.178,18	-	1.910.178,18	2028
Prejuízo Fiscal do ano 2017	a)	1.818.064,80	-	1.818.064,80	2022
Prejuízo Fiscal do ano 2018	a)	4.237.598,32	-	4.237.598,32	2023
		7.965.841,30	-	7.965.841,30	

a) - os prejuízos fiscais dos anos de 2016, 2017 e 2018 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2028, 2022 e 2023 respetivamente. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2018	2017
Perdas de Imparidade e Provisões	66.098,03	15.503,63
	66.098,03	15.503,63

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foi como se segue:

	2018	2017
Saldo em 1 de janeiro	15.503,63	0,00
Movimentos do exercício		
Perdas de Imparidade	-	-
Provisões	50.594,40	15.503,63
Saldo em 31 de dezembro	66.098,03	15.503,63

RELATÓRIO E CONTAS

Handwritten signatures and initials in blue ink.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2015 a 2018 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

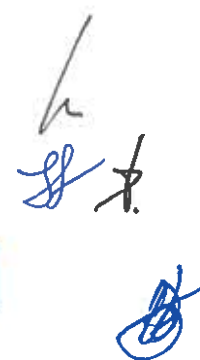
24. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

	2018			2017		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	18.380,04	-	18.380,04	33.563,90	-	33.563,90
Prestações de Serviços	10.432.051,33	262.249,52	10.694.300,85	12.229.550,37	796.445,80	13.025.996,17
	10.450.431,37	262.249,52	10.712.680,89	12.263.114,27	796.445,80	13.059.560,07

As prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

RELATÓRIO E CONTAS



	2018	2017
D1 - Reparação Naval - militar	10.226.907,46	11.955.213,89
D1 - Reparação Naval - militar internacional	261.854,52	796.445,80
D2 - Reparação Naval - não militar	395,00	102.628,69
D3 - Construção	0,00	0,00
D4 - Manutenção Industrial	8.354,13	6.710,05
D5 - Laboratórios	111.922,84	73.649,22
D6 - Outros	84.866,90	91.348,52
	10.694.300,85	13.025.996,17

No período de 2018 os serviços prestados registaram um decréscimo de 2.331.695,32, face ao período homólogo do ano anterior, justificado por uma diminuição do negócio de reparação naval – militar, que decresceu relativamente ao ano transato, decorrente do atraso na celebração do contrato para a reparação do NRP Arpão, ao protelamento na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina, devido a restrições orçamentais ocorridas naquele país e ao atraso na colocação de encomendas e na confirmação de trabalhos adicionais por parte da Marinha Portuguesa.

Destacam-se pela sua materialidade os seguintes contratos de prestação de serviços relativos a 2018 e a 2017:

RELATÓRIO E CONTAS

	2018	2017
NRP - Sagres a)	247.917,00	
Lanchas Salva-vidas L150SV a)	905.660,00	
NRP Corte Real		1.061.744,00
NRP Douro		1.892.413,08
NRP Mondego	1.119.767,00	938.412,00
Fragatas Bartolomeu Dias	628.219,00	931.428,00
Fragatas Vasco da Gama	1.106.036,00	795.432,00
NRP Viana do Castelo		2.270.079,00
NRP - Figueira da Foz a)	2.361.239,00	
NRP Guadiana a)	676.823,00	664.075,00
NRP Andrómeda a)	566.927,00	527.966,00
NRP - Sagitário a)	548.454,00	351.345,00
PHM Rais Charkaoui	73.607,00	526.447,00
	8.234.649,00	9.959.341,08
Outros trabalhos	2.459.651,85	3.066.655,09
	10.694.300,85	13.025.996,17

a) – Contratos de prestação de serviços em curso (Nota 30)

25. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

	2018	2017
Subcontratos	948.941,09	844.817,87
Trabalhos Especializados	83.240,28	93.200,64
Publicidade e Propaganda	7.700,83	8.496,57
Vigilância e Segurança	115.308,84	114.168,71
Honorários	62.479,45	60.231,82
Conservação e Reparação	95.455,18	66.987,96
Materiais	33.404,44	36.002,31
Eletricidade	357.880,38	359.735,41
Combustíveis	24.262,90	24.475,60
Gás	42.960,33	44.363,88
Deslocações, Estadas e Transportes	161.004,34	182.237,24
Rendas e Alugueres	131.655,55	151.184,07
Comunicação	18.146,88	19.006,36
Seguros	94.839,94	98.741,14
Contencioso e Notariado	6.935,72	354,00
Despesas de Representação	8.432,96	11.518,01
Limpeza, Higiene e Conforto	330.626,61	316.612,36
Diversos	16.680,78	13.563,41
	2.539.956,50	2.445.697,36

Em 2018 houve um acréscimo de 3,85% dos fornecimentos e serviços externos face ao ano transato, particularmente influenciado pela variação a nível dos “Subcontratos” (acréscimo de 104.123,22€), que se justifica, em grande parte, com a subcontratação de serviços associados à capacitação para construção das Lanchas Salva-Vidas L-150 em materiais compósitos utilizando tecnologias avançadas.

RELATÓRIO E CONTAS

h
A D

26. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	2018	2017
Remunerações dos Órgãos Sociais	186.862,95	283.668,23
Remunerações do Pessoal	9.911.481,86	9.868.563,03
Encargos sobre Remunerações	2.248.564,68	2.167.427,53
Seguros de Acidentes no Trabalho	246.919,12	126.386,04
Gastos de Ação Social	50.644,86	66.885,12
Outros Gastos com o Pessoal	82.886,44	96.046,67
	12.727.359,91	12.608.976,62

Em 2018 verificou-se um ligeiro acréscimo dos gastos com pessoal comparativamente com 2017, determinado, essencialmente pelo efeito das valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018, e também pelo aumento do valor do Seguro de Acidentes de Trabalho.

27. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "outros rendimentos" tem a seguinte composição:

	2018	2017
Subsídio não monetário - bens concessionados (Nota 16)	2.717.343,12	2.756.517,44
Aluguer de espaços e equipamento	23.216,60	21.752,43
Outros	23.151,30	42.624,09
	2.763.711,02	2.820.893,96

RELATÓRIO E CONTAS

28. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2018	2017
Ativos Tangíveis (Nota 8)	3.071.924,25	3.066.976,49
Ativos Intangíveis (Nota 9)	67.334,59	2.488,34
	3.139.258,84	3.069.464,83

As depreciações dos ativos tangíveis, incluem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite, S.A., que à data de 31 de dezembro de 2018 ascenderam a 2.717.343,12€ (2.756.517,44€ em 2017).

29. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os juros e rendimentos similares obtidos têm a seguinte composição:

	2018	2017
Juros Obtidos de Empréstimos Concedidos (Nota 14)	2.645,30	72.138,27
	2.645,30	72.138,27

30. Contratos de Prestação de Serviços em Curso

Como o desfecho dos contratos de reparação naval pode ser fiavelmente estimado os rendimentos e os custos dos contratos são reconhecidos como rendimentos e gastos tendo por referência o estado de completamento (nível de avanço de obra) da atividade do contrato à data de relato.

RELATÓRIO E CONTAS

À data de 31 de dezembro de 2018 as percentagens de acabamentos das obras, que respeitam a contratos de prestação de serviços em curso, são as que a seguir se apresentam:

	% de Acabamento
NRP Guadiana	52,7%
NRP Sagitário	95,2%
Lanchas Salva-vidas L150SV	32,0%
NRP Andrómeda	98,8%
Thyssenkupp Marine Systems	94,1%
NRP Figueira da Foz	99,9%
NRP Arpão	98,0%
NRP Sagres	16,0%
NRP Tridente	92,7%

Os rendimentos e gastos reconhecidos são os seguintes:

	Rédito Total	Faturação Emitida	Rédito do Período Anterior	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores por Acréscimo de Rendimento
Projetos em curso	12.032.703	6.386.076	1.278.495	6.229.260	147.024	1.268.702

	2018	2017
Réditos Acumulados	7.507.755	3.971.813
Gastos Acumulados	6.564.639	4.018.059
Resultado Acumulado	943.116	-46.246

RELATÓRIO E CONTAS

No exercício de 2018 o resultado acumulado global, dos contratos em curso, está influenciado pelo resultado estimado de três contratos (Projeto n.º 669 - NRP Guadiana, Projeto n.º 679 - NRP Sagitário e n.º 684 - NRP Andrómeda), cujos custos totais podem exceder o rédito total do contrato. As perdas esperadas foram reconhecidas imediatamente como gastos do período.

31. Resultado por Ação

O Resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foi determinado conforme se segue:

	2018	2017
Resultado líquido do período	-4.453.759,72	-1.928.576,84
Número médio ponderado de ações	6.480.000	6.480.000
Resultado por ação básico	-0,69	-0,30

32. Outras Informações

No ano de 2018 correram termos duas ações interpostas pelo consórcio Iberlim – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A. e SLIMCEI – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Ld.ª, contra a Arsenal do Alfeite, S.A.. No âmbito da primeira (Processo n.º 1179/13.7BEALM, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada) que nasceu de processo de injunção, a Autora reclama o pagamento da quantia de 20.560,66€ acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a 2.122,73€, referentes à alegada falta de pagamento de faturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A., apresentou oposição à injunção, aguardando-se marcação de julgamento.

RELATÓRIO E CONTAS

O segundo processo interposto pelo consórcio corresponde a uma ação administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de 20.560,66€. Foi igualmente apresentada contestação, aguardando-se notificação para alegações escritas.

Continuou ainda a correr termos o processo de insolvência da Naveiro – Transportes Marítimos, S.A., em que foram reclamados créditos pela Arsenal do Alfeite, S.A., no montante de 329.516,78€, tendo-se apenas conhecimento, à data, da graduação dos créditos reclamados.

Por fim, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a FIUTAK Industries GmbH, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do crédito de 39.513,42€, acrescido dos respetivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para ação declarativa após oposição da Ré. De se denotar que a mesma foi posteriormente extinta por inutilidade superveniente da lide em virtude do processo de insolvência da ré, tendo a Arsenal do Alfeite, S.A., reclamado créditos no âmbito da mesma, a qual corre termos na Alemanha.

33. Eventos Subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas ou que requeiram divulgação.

RELATÓRIO E CONTAS

34. Informações Sobre Matérias Ambientais

Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo “Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental” do Relatório de Governo Societário relativo a 2018.

35. Honorários do Revisor Oficial de Contas

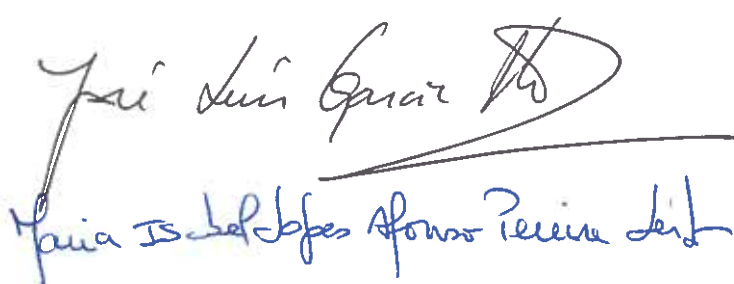
Os honorários do revisor oficial de contas ascenderam a:

Remuneração anual 2018 (C)	
PWC, SROC, Ld.ª	Bruta
Revisão Legal de Contas	16.200,00
Revisão - Orçamento para 2018 (revisto)	3.500,00
Revisão - Orçamento para 2019	6.000,00
Total	25.700,00

O Contabilista Certificado



Conselho de Administração



RELATÓRIO E CONTAS



APÊNDICES

Como apêndices ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Remunerações dos órgãos sociais;
2. Sistematização da informação

RELATÓRIO E CONTAS

APENDICE 1

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos órgãos sociais no ano de 2018, foram as seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Mandato				
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	Nuno Moniz	-	-
2015-2017	Secretário	Pedro Baptista	-	-

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRI O (2)		
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Nº de Mandatos
2018-2020	Presidente	José Luís Garcia Belo	DUE	2/4/2018	S	Marinha	D	1
2018-2020	Vogal	Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	DUE	2/4/2018	N	-	D	1
2018-2020	Vogal	João Carlos Caldeira Gonçalves	DUE	26/11/2018	N	-	D	1
2015-2017	Presidente	Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas	DUE	24/4/2015	N	-	D	1
2015-2017	Vogal	Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	DUE	24/4/2015	N	-	D	1
2015-2017	Vogal	Rui Manuel Rapaz Lérias	DUE	24/4/2015	S	Marinha	D	1

Legenda: (1) Indicar Resolução R/AG/DUE/Despacho (D)

(2) OPRI O - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista nº8 do artigo 28º do EGP; indicar a entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

RELATÓRIO E CONTAS

h
SP X

No que se refere à acumulação de funções por parte dos membros do Conselho de Administração, é de referir que não existe qualquer acumulação incompatível, tendo existido no ano de 2018, as seguintes:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de funções		
	Entidade	Função	Regime
José Luís Garcia Belo	Direção da Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar	Vogal em representação da Arsenal do Alfeite, S.A.	Privado
	Nato Navy Armaments Group - NNAG	Chairman	Público
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	Empordef- TI	Vogal do Conselho de Administração	Privado

Refira-se que as funções acima descritas não são remuneradas de qualquer forma.

Membro do CA (nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de Representação
José Luís Garcia Belo	S	C	4.578,20	1.831,28
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	S	C	3.662,56	1.465,02
João Carlos Caldeira Gonçalves	S	C	3.662,56	1.465,02
Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas	S	C	4.578,20	1.831,28
Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	S	C	3.662,56	1.465,02
Rui Miguel Rapaz Lérias	S	C	4.253,38	1.701,35

RELATÓRIO E CONTAS

Membro da CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)+(4)
José Luís Garcia Belo	73.251,20	-	73.251,20	-3.662,52	69.588,68
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	51.371,24	-	51.371,24	-2.568,56	48.802,68
João Carlos Caldeira Gonçalves	5.811,26	-	5.811,26	-290,57	5.520,69
Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas	23.986,99	-	23.986,99	-1.199,34	22.787,65
Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	20.298,35	-	20.298,35	-1.014,92	19.283,43
Rui Manuel Rapaz Lérias	17.864,19	-	17.864,19	-893,22	16.970,97
			198.583,23	-9.629,13	182.954,10

Legenda:

- (1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).
- (4) Redução prevista no Artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago/Ano	Identificação	Encargo anual			Identificação	Valor
José Luis Garcia Belo	5,00	1.045,00	CGA/IASFA	16.538,72	-	-	Seguro Acidentes de Trabalho	1.173,37
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	5,00	940,00	CGA/ADSE	11.600,92	-	-	Seguro Acidentes de Trabalho	816,62
João Carlos Caldeira Gonçalves	5,00	120,00	Seg. Social	1.312,47	67,03	-	Seguro Acidentes de Trabalho	88,65
Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas	5,00	115,00	Seg. Social	5.413,32	210,08	-	Seguro Acidentes de Trabalho	434,09
Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	5,00	285,00	CGA/ADSE	4.582,93	-	-	Seguro Acidentes de Trabalho	338,62
Rui Manuel Rapaz Lérias	5,00	265,00	CGA/IASFA	4.033,50	-	-	Seguro Acidentes de Trabalho	272,53
		2.770,00		43.481,86	277,11	-		3.123,88

RELATÓRIO E CONTAS



Encargos com Viaturas - 2018									
Membro do CA (nome)	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Término	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
José Luís Garcia Belo	S	S	30.727,00	AOV	dez/2013	Jul/2019	587,52	5.875,15	6
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	S	S	30.727,00	AOV	dez/2013	Jul/2019	460,63	4.45,66	6
João Carlos Caldeira Gonçalves	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas	S	S	31.980,00	AOV	Jul/2014	Jul/2018	562,61	1.125,22	0
Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	S	S	31.980,00	AOV	dez/2013	Jul/2019	562,62	1.592,35	0
Rui Manuel Rapaz Lérias	S	S	31.980,00	AOV	Jul/2014	Jul/2018	562,62	1.667,86	0

(1) Aquisição; ALD; *leasing*, outra.

Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (€)						
Membro do CA	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajuda de Custo	Outras		Gasto Total com viagens (2)
				Outras Identificar	Valor	
José Luís Garcia Belo	-	4.575,86	1.050,90	Diversas	163,88	5.790,64
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	-	848,04	235,20	-	0,00	1.083,24
João Carlos Caldeira Gonçalves	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Andreia Daniela Pereira Fernandes Ventura de Brito Bogas	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	-	0,00	52,75	Diversas	185,62	238,87
Rui Manuel Rapaz Lérias	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00

RELATÓRIO E CONTAS

Salienta-se que foi dado integral cumprimento à legislação aplicável em matéria de remunerações, tendo, designadamente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração observado o disposto na Lei de Orçamento do Estado para 2018. Não foram atribuídos prémios de gestão.

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
24/4/2015-31/12/2017	Fiscal Único	PWC, SROC, Ld.ª	183	20161485	DUE	24.04.2015	27/2/2013	8	7
		Representada por:							
		Jorge Manuel Santos Costa				R.O.C n.º 847		8	7
		Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão				R.O.C n.º 902		8	7
24/4/2015-31/12/2017	Suplente	José Manuel Henriques Bernardo				R.O.C n.º 903		8	7

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

Salienta-se que os representantes do Fiscal Único foram alterados em 2018, passando a sociedade a ser representada pelos acima indicados, isto é, Jorge Manuel Santos Costa (R.O.C n.º 847) e Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão (R.O.C n.º 902).

Nome ROC/EU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2018 (€)			Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais – 2018 (€)		Valor Final (3)=(1)-(2)
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)		Valor (1)	Reduções (2)	
PWC, SROC, Ld.ª	16.200,00	0,00	16.200,00	Revisão Plano de Atividades e Orçamento Revisão para 2018	3.500,00	0,00	3.500,00
				Revisão Plano de Atividades e Orçamento para 2019	6.000,00	0,00	6.000,00
José Manuel Henriques Bernardo	0	0	0		0	0	0

RELATÓRIO E CONTAS



A remuneração do Fiscal Único observou o disposto na Lei de Orçamento do Estado para 2018.

Restantes trabalhadores

No que respeita aos restantes trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., a política salarial da empresa no ano de 2018 subordinou-se ao disposto na Lei de Orçamento do Estado.

RELATÓRIO E CONTAS

APENDICE 2

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão					
Objetivos de Gestão 1	x			Estabilidade do emprego	Capítulo I do Relatório & Contas
Objetivos de Gestão 2	x			Reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas	Capítulo I do Relatório & Contas
Objetivos de Gestão 3	x			Internacionalização do estaleiro	Capítulo I do Relatório & Contas
Objetivos de Gestão 4	x			Desenvolvimento de parcerias e alianças geradoras de valor	Capítulo I do Relatório & Contas
Metas a atingir constantes no PAO 2018					
Princípios Financeiros de Referência	x			EBITDA (2018) -1.324.465,25€	Ponto 13 do Anexo I do Relatório & Contas
Investimento	x			Executado a 100%	Ponto III e anexo II do Relatório & Contas
Gastos com Pessoal	x			Varição de mais 118.383,29€ face a 2017	Anexo às Demonstrações Financeiras - Relatório & Contas
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	x			100%	
Gestão de Risco Financeiro			x	Não aplicável.	Ponto 2 do Anexo I do Relatório & Contas
Limites de Crescimento do Endividamento	x			Sem Endividamento	Ponto 3 do Anexo I do Relatório & Contas
Evolução do PMP a fornecedores	x			Varição de -14,48 dias	Ponto 4 do Anexo I do Relatório & Contas
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				Ponto 4 do Anexo I do Relatório & Contas
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1	x			Aplicação de Resultados	Capítulo II do Relatório & Contas
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x			Não atribuídos.	Apêndice 1 do Relatório & Contas
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	x			9.629,13€	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Fiscalização (FU) - reduções e remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)			x	Não aplicável.	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)			x	Não aplicável	Apêndice 1 do Relatório & Contas
EGP - artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	x				Ponto 7 do Anexo I do Relatório & Contas

RELATÓRIO E CONTAS

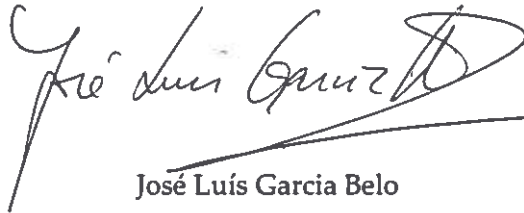
Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				Ponto 7 do Anexo I do Relatório & Contas
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x				Ponto 7 do Anexo I do Relatório & Contas
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço		x			Ponto 7 do Anexo I do Relatório & Contas
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do Artigo 16º do RJSPE e Artigo 11º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x				Pontos 8 do Anexo I do Relatório & Contas
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x			http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=118	Ponto 9 do Anexo I do Relatório & Contas
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	x			http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=174	Ponto 10 do Anexo I do Relatório & Contas
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				Ponto V do Relatório & Contas
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			x	Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			1 contrato, 659.623,54€	Ponto V do Relatório & Contas
Auditorias do Tribunal de Contas			x	Não aplicável	
Parque Automóvel					
N.º de viaturas	x			Diminuição de 3 viaturas face a 2017	Ponto 13 do Anexo I do Relatório & Contas
Gastos Operacionais das Empresas Públicas		x		Vide tabela	Ponto 13 do Anexo I do Relatório & Contas
Princípio da Unidade de Tesouraria (Artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centradas no IGCP	x			100%	Ponto 14 do Anexo I do Relatório & Contas
Disponibilidades e aplicações na banca comercial			x	Não aplicável	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			x	Não aplicável	

RELATÓRIO E CONTAS

RELATÓRIO E CONTAS

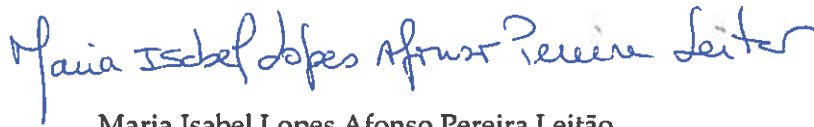
2018

Versão aprovada em reunião de Conselho de Administração de 28 de março de 2019.



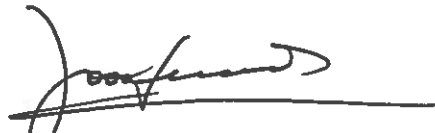
José Luís Garcia Belo

(Presidente do Conselho de Administração)



Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão

(Vogal do Conselho de Administração)



João Carlos Caldeira Gonçalves

(Vogal do Conselho de Administração)